



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE	PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
AUTUAÇÃO	013/2024
JULGAMENTO	MENOR PREÇO
ADJUDICAÇÃO	POR ITEM
Órgão licitante	<ul style="list-style-type: none">SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO;
Objeto	FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO, de acordo com as especificações mínimas contidas no Termo de Referência.
REGIME DE EXECUÇÃO	PARCELADA
Fundamento jurídico	Lei Federal nº 14.133/2021, ART. 28, INC.I – Para a presente contratação será aplicado os benefícios para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme arts.42, 43,44,45,46 e 48 da LC 123/2006
Fone	(64) 3447-7000 / (64) 99279-421
Site	O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço www.corumbaiba.go.gov.br a partir da data de sua publicação.
e-mail	licitacaopmcorumbaiba@gmail.com
Pregoeiro	FABRÍCIO SILVA DE DEUS
Da sessão para o recebimento dos documentos e abertura das propostas	
Local	Sede do Poder Executivo Municipal situada na Rua Simon Bolívar, nº. 58, centro, Corumbá-MS
Data	27 de MARÇO de 2024
Hora	08:00hrs

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO, em atendimento às demandas apresentadas pelas Secretarias municipal, conforme especificações constantes no Anexo I deste instrumento convocatório, que faz parte integrante deste edital.

1.2. A especificação dos objetos e das cotas, Principal, Reservada e Exclusiva, nos termos do art.4º da Lei Federal 14.133/2021.

COTA PRINCIPAL – Poderão participar e ofertar lances nestes itens TODAS as Empresas que possuem habilitação para fornecer os produtos que constam no objeto deste processo licitatório.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VAL UNT	VAL TOTAL
1	MT	484	BRITA Nº 01	R\$189,00	R\$91.476,00
2	MT	623	BRITA No. 0	R\$189,00	R\$117.747,00
3	SC	5813	CIMENTO PORTLAND C.P. 32 (SC=50 KG)	R\$35,30	R\$205.198,90
4	UN	788	COLUNA 5/16 DE 6 MTS 8 MM 7 X 14	R\$109,63	R\$86.388,44
5	GL	927	ESMALTE SINTÉTICO COM 3.600ML	R\$123,80	R\$114.762,60
6	RL	1500	FIO PODADOR DE GRAMA	R\$52,30	R\$78.450,00
7	UN	139	JANELA VENEZIANA CORRER DE VIDRO 1,20 X 1,00	R\$1.072,67	R\$149.101,13
8	UN	139	JANELA VENEZIANA CORRER DE VIDRO 1,50 X 1,00	R\$1.210,00	R\$168.190,00
9	UN	188	MALHA DE FERRO 2,45 X 6,0 FERRO 4,2	R\$335,00	R\$62.980,00
10	UN	67	PADRÃO MONOFÁSICO 10 MM ² , H=5 METRO	R\$3.088,33	R\$206.918,11
11	UN	51	PADRÃO MONOFÁSICO 10 MM ² , H=7 METRO	R\$3.976,67	R\$202.810,17
12	UN	345	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,60 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$146.649,15
13	UN	345	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,70 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$146.649,15
14	UN	345	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,80 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$146.649,15
15	UN	105000	TELHA BIPLAN	R\$3,13	R\$328.650,00
16	UN	623	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	R\$100,30	R\$62.486,90
17	UN	627	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE 3,66 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	R\$442,97	R\$277.742,19
18	GL	942	THINNER GALÃO 5 LITROS	R\$93,63	R\$88.199,46
19	UN	223500	TIJOLO COMUM MACIÇO (4,5 X 9 X 19 CM)	R\$0,78	R\$174.330,00
20	UN	270000	TIJOLO FURADO DE 15 X 30	R\$2,60	R\$702.000,00
21	LT	1448	TINTA ACRÍLICA 1º LINHA 18 LT CORAL/SUVINIL/ NOVA COR	R\$463,63	R\$671.336,24
22	LT	630	TINTA P/ PISO 1º LINHA 18 LT CORAL/SUNIVIL/NOVA COR	R\$500,23	R\$315.144,90
23	LT	1639	TINTA PVA 2º LINHA 18 LT	R\$285,33	R\$467.655,87
24	UN	60	TORRE PARA CAIXA D'ÁGUA 1.000 LT	R\$1.441,67	R\$86.500,20
25	UN	60	TORRE PARA CAIXA D'ÁGUA 500 LT	R\$1.098,33	R\$65.899,80
26	UN	180	VÁLVULA DE DESCARGA DUPLO ACIONAMENTO HIDRA/DOCOL (BASE E ACABAMENTO CROMADO)	R\$669,63	R\$120.533,40
27	UN	182	VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 ½" E ACABAMENTO METÁLICO CROMADO	R\$394,23	R\$71.749,86
28	UN	131	VASO SANITÁRIO C/ CAIXA ACOPLADA C/ DUPLO ACIONAMENTO	R\$604,00	R\$79.124,00
29	GL	447	VERNIZ COPAL 3.600	R\$186,97	R\$83.575,59



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

30	GL	447	VERNIZ MOGNO 3.600 LT	R\$193,53	R\$86.507,91
----	----	-----	-----------------------	-----------	--------------

Valor Total da Cota: R\$ 5.605.406,12 (Cinco milhões seiscientos e cinco mil quatrocentos e seis reais e doze centavos)

COTA RESERVADA: Poderão participar somente as empresas enquadradas como Microempresas (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) e Empresário Individual De Responsabilidade Limitada (Eireli), nos termos do art. 3º e 18-E, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, sem prejuízo de sua participação no grupo principal.

Item	UND	QTDE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VAL UNT	VAL TOTAL
1	MT	161	BRITA Nº 01	R\$189,00	R\$30.429,00
2	MT	207	BRITA No. 0	R\$189,00	R\$39.123,00
3	SC	1937	CIMENTO PORTLAND C.P. 32 (SC=50 KG)	R\$35,30	R\$68.376,10
4	UN	262	COLUNA 5/16 DE 6 MTS 8 MM 7 X 14	R\$109,63	R\$28.723,06
5	GL	308	ESMALTE SINTÉTICO COM 3.600ML	R\$123,80	R\$38.130,40
6	RL	500	FIO PODADOR DE GRAMA	R\$52,30	R\$26.150,00
7	UN	46	JANELA VENEZIANA CORRER DE VIDRO 1,20 X 1,00	R\$1.072,67	R\$49.342,82
8	UN	46	JANELA VENEZIANA CORRER DE VIDRO 1,50 X 1,00	R\$1.210,00	R\$55.660,00
9	UN	62	MALHA DE FERRO 2,45 X 6,0 FERRO 4,2	R\$335,00	R\$20.770,00
10	UN	22	PADRÃO MONOFÁSICO 10 MM², H=5 METRO	R\$3.088,33	R\$67.943,26
11	UN	16	PADRÃO MONOFÁSICO 10 MM², H=7 METRO	R\$3.976,67	R\$63.626,72
12	UN	114	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,60 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$48.457,98
13	UN	114	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,70 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$48.457,98
14	UN	114	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,80 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$48.457,98
15	UN	35000	TELHA BIPLAN	R\$3,13	R\$109.550,00
16	UN	207	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	R\$100,30	R\$20.762,10
17	UN	208	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE 3,66 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	R\$442,97	R\$92.137,76
18	GL	313	THINNER GALÃO 5 LITROS	R\$93,63	R\$29.306,19
19	UN	74500	TIJOLO COMUM MACIÇO (4,5 X 9 X 19 CM)	R\$0,78	R\$58.110,00
20	UN	90000	TIJOLO FURADO DE 15 X 30	R\$2,60	R\$234.000,00
21	LT	482	TINTA ACRÍLICA 1º LINHA 18 LT CORAL/SUVINIL/ NOVA COR	R\$463,63	R\$223.469,66
22	LT	210	TINTA P/ PISO 1º LINHA 18 LT CORAL/SUNIVIL/NOVA COR	R\$500,23	R\$105.048,30
23	LT	546	TINTA PVA 2º LINHA 18 LT	R\$285,33	R\$155.790,18
24	UN	19	TORRE PARA CAIXA D'ÁGUA 1.000 LT	R\$1.441,67	R\$27.391,73
25	UN	19	TORRE PARA CAIXA D'ÁGUA 500 LT	R\$1.098,33	R\$20.868,27
26	UN	60	VÁLVULA DE DESCARGA DUPLO ACIONAMENTO HIDRA/DOCOL (BASE E ACABAMENTO CROMADO)	R\$669,63	R\$40.177,80
27	UN	60	VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 ½" E ACABAMENTO METÁLICO CROMADO	R\$394,23	R\$23.653,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

28	UN	43	VASO SANITÁRIO C/ CAIXA ACOPLADA C/ DUPLO ACIONAMENTO	R\$604,00	R\$25.972,00
29	GL	148	VERNIZ COPAL 3.600	R\$186,97	R\$27.671,56
30	GL	148	VERNIZ MOGNO 3.600 LT	R\$193,53	R\$28.642,44

Valor Total da Cota: R\$ 1.856.200,00 (Um milhão oitocentos e cinquenta e seis mil e duzentos reais)

COTA EXCLUSIVA: Poderão participar somente as empresas enquadradas como Microempresas (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) e Empresário Individual De Responsabilidade Limitada (Eireli), nos termos do art. 3º e 18-E, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, sem prejuízo de sua participação no grupo principal.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VAL. UNT EST	VAL.TOTAL EST
1	UN	2300	ABRAÇADEIRA DE NYLON 1,4 X 250	R\$0,27	R\$621,00
2	UN	2610	ABRAÇADEIRA DE NYLON 2,8 X 350	R\$0,36	R\$939,60
3	UN	2610	ABRAÇADEIRA DE NYLON 3,5 X 400	R\$0,46	R\$1.200,60
4	UN	2510	ABRAÇADEIRA DE NYLON 4,8 X 400	R\$0,61	R\$1.531,10
5	UN	1060	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 1/2	R\$1,93	R\$2.045,80
6	UN	1030	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 3/4	R\$3,03	R\$3.120,90
7	BR	575	ACO CA - 60 - 5,0 MM BARRA DE 12MTS- (OBRAS CIVIS)	R\$21,73	R\$12.494,75
8	BR	890	ACO CA-50 A - 8,0 MM (5/16")BARRA DE 12 MTS - (OBRAS CIVIS)	R\$44,07	R\$39.222,30
9	BR	880	ACO CA-50, 10,0 MM (3/8)	R\$70,30	R\$61.864,00
10	BR	890	ACO CA-50,6,3 MM (1/4)	R\$29,67	R\$26.406,30
11	BR	900	ACO CA-60,4,2 MM	R\$16,13	R\$14.517,00
12	UN	100	ADAPTADOR CURTO LR 50X1 1/2	R\$6,20	R\$620,00
13	UN	260	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 20 X 1/2"	R\$1,40	R\$364,00
14	UN	275	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 25 XX3/4	R\$1,63	R\$448,25
15	UN	125	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 32 X 1"	R\$2,33	R\$291,25
16	UN	190	ADAPTADOR SOLD. LONGO FLANGES LIV. CX DAGUA 25 X 3/4"	R\$33,30	R\$6.327,00
17	UN	105	ADAPTADOR SOLD. LONGO FLANGES LIV. CX DAGUA 32 X 1"	R\$40,30	R\$4.231,50
18	UN	230	ADAPTADOR SOLD. LONGO FLANGES LIV. CX DAGUA 50 X 1.1/2"	R\$52,23	R\$12.012,90
19	UN	320	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 50 MM X 1 1/2"	R\$6,07	R\$1.942,40
20	UN	400	ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE 32X1"	R\$29,80	R\$11.920,00
21	UN	140	ADESIVO DE SILICONE TUBO DE 280 GR	R\$31,33	R\$4.386,20
22	UN	130	ADESIVO DE SILICONE TUBO DE 50 GR	R\$10,07	R\$1.309,10
23	UN	40	ADESIVO PLASTICO - BISNAGA 75 G	R\$7,83	R\$313,20
24	UN	200	ADESIVO PVC 175 G	R\$15,63	R\$3.126,00
25	UN	20	ALAVANCA 2.0 MT	R\$228,63	R\$4.572,60
26	KG	50	ARAME GALVANIZADO Nº 12 BWG	R\$29,97	R\$1.498,50
27	KG	215	ARAME GALVANIZADO Nº 18	R\$41,63	R\$8.950,45



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

28	KG	425	ARAME RECOZIDO 18	R\$22,63	R\$9.617,75
29	KG	645	ARAME RECOZIDO Nº 12	R\$19,67	R\$12.687,15
30	SC	1040	ARGAMASSA DE CIMENTO COLANTE 20 KG	R\$11,63	R\$12.095,20
31	KG	865	ARGAMASSA DE REJUNTAMENTO	R\$7,30	R\$6.314,50
32	UN	100	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO	R\$124,97	R\$12.497,00
33	UN	90	ASSENTO SIMPLES EM POLIPROPILENO P/ VASO SANITÁRIO	R\$35,73	R\$3.215,70
34	BR	100	BARRA DE FERRO 1/4	R\$31,30	R\$3.130,00
35	UN	3	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 LTS, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 220/380 V POTENCIA 2 CV, SEM CARREGADOR	R\$6.746,67	R\$20.240,01
36	UN	230	BOIA DE 1/2	R\$16,80	R\$3.864,00
37	UN	35	BRAÇO P/ CHUVEIRO PVC	R\$10,47	R\$366,45
40	UN	70	BROXA QUADRADA SINTETICA 18 X 8	R\$15,47	R\$1.082,90
41	UN	70	BROXA REDONDA	R\$10,43	R\$730,10
42	UN	175	BUCHA DE REDUÇÃO LL 50 X 25 MM	R\$3,67	R\$642,25
43	UN	177	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 25 X 20 MM	R\$0,55	R\$97,35
44	UN	135	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 32 X 25 MM	R\$1,40	R\$189,00
45	UN	99	CABO DE ROLO DE 23 CM	R\$9,47	R\$937,53
46	UN	120	CADEADO DE 45MM	R\$48,53	R\$5.823,60
47	UN	120	CADEADO PAPAIZ/PADO No. 20	R\$22,10	R\$2.652,00
48	UN	120	CADEADO PAPAIZ/PADO No. 30	R\$28,63	R\$3.435,60
49	UN	71	CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA	R\$109,93	R\$7.805,03
50	UN	165	CAIXA DE DESCARGA (PVC)	R\$45,13	R\$7.446,45
51	UN	140	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA	R\$92,50	R\$12.950,00
52	UN	85	CAIXA DE GORDURA DE 40 X 100	R\$255,63	R\$21.728,55
53	UN	615	CAIXA METÁLICA QUADRADA 4" X 4" X 2"	R\$7,47	R\$4.594,05
54	UN	630	CAIXA METÁLICA RETANGULAR 4" X 2" X 2"	R\$4,30	R\$2.709,00
55	UN	51	CAIXA PADRÃO SANEAGO	R\$393,33	R\$20.059,83
56	SC	192	CAIXA SINFONADA 10 X 10	R\$16,73	R\$3.212,16
57	UN	112	CAIXA SINFONADA 15 X 15	R\$35,63	R\$3.990,56
58	SC	3550	CAL HIDRATADO 20 KG	R\$22,30	R\$79.165,00
59	SC	450	CAL P/ MASSA FILITO 20 KG	R\$8,37	R\$3.766,50
60	SC	3100	CAL P/ PINTURA 8 KG	R\$19,37	R\$60.047,00
61	UN	35	CAMARA DE AR PARA RODA DE CARRINHO DE MÃO	R\$16,07	R\$562,45
62	UN	290	CANTONEIRA 8 X 10	R\$7,20	R\$2.088,00
63	UN	89	CARRINHO DE MÃO PNEU COM CÂMARA REFORÇADO G Z0 EXTRA FORTE (SUGESTÃO: TRAMONTINA, CMS, BLASFOT)	R\$414,97	R\$36.932,33
64	UN	96	CAVADEIRA ARTICULADA 1,80 MT	R\$148,30	R\$14.236,80
65	M²	2140	CERÂMICA 45 X 45 (DIMENSÃO APROXIMADA)- PISO PEI MAIOR OU IGUAL A 4	R\$29,63	R\$63.408,20
66	UN	40	CHAVE CONTACTORA	R\$436,67	R\$17.466,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

67	UN	30	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA 15 A/ 250V (COMP. DO CABO=1,5M)	R\$61,63	R\$1.848,90
68	UN	134	CHUVEIRO ELÉTRICO EM PVC	R\$79,97	R\$10.715,98
70	UN	90	COLHER DE PEDREIRO Nº 10	R\$29,30	R\$2.637,00
71	UN	89	COLHER DE PEDREIRO Nº 8	R\$28,80	R\$2.563,20
73	MT	2280	CORDA DE NYLON 10 MM	R\$3,47	R\$7.911,60
74	MT	473	CORRENTE DE AÇO 5 MM	R\$26,30	R\$12.439,90
75	UN	66	CX. D'ÁGUA POLIETILENO 1000 LTS C/TAMPA	R\$582,97	R\$38.476,02
76	UN	82	CX. D'ÁGUA POLIETILENO 500 LTS C/TAMPA	R\$299,97	R\$24.597,54
77	UN	110	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADO	R\$22,63	R\$2.489,30
78	UN	110	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA	R\$17,80	R\$1.958,00
79	UN	110	DESEMPENADEIRA DE PLÁSTICO G	R\$18,63	R\$2.049,30
80	UN	195	DISCO DE MAQUITA CORTE CERÂMICA	R\$44,30	R\$8.638,50
81	UN	195	DISCO DE MAQUITA CORTE MADEIRA	R\$15,63	R\$3.047,85
82	UN	180	DISCO DE MAQUITA TURBO	R\$44,30	R\$7.974,00
83	UN	255	ENGATE/RABICHO FLEXÍVEL PLÁSTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2" X 40 CM	R\$7,47	R\$1.904,85
84	UN	73	ENXADA ESTREITA *25 X 23* CM COM CABO	R\$94,30	R\$6.883,90
85	UN	45	ENXADA ESTREITA *25 X 23* CM SEM CABO	R\$53,63	R\$2.413,35
86	UN	95	ENXADÃO ESTREITO	R\$114,97	R\$10.922,15
87	UN	24	ESCADA DE ALUMÍNIO EXT. 2 X 11 (6 MT)	R\$1.440,00	R\$34.560,00
88	UN	15	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMÍNIO DE 10 DEGRAUS	R\$1.273,33	R\$19.099,95
89	UN	25	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMÍNIO DE 5 DEGRAUS	R\$1.072,67	R\$26.816,75
90	UN	33	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMÍNIO DE 7 DEGRAUS	R\$1.127,33	R\$37.201,89
91	LT	345	ESMALTE SINTÉTICO 900 ML	R\$37,30	R\$12.868,50
92	GL	280	ESMALTE SINTÉTICO AUTOMOTIVO GALÃO 3.600 LT	R\$285,67	R\$79.987,60
94	UN	1000	ESPAÇADOR DE PISO	R\$7,35	R\$7.350,00
95	UN	245	ESPATULA DE PLÁSTICO LISA, LARGURA 10 CM	R\$17,13	R\$4.196,85
96	UN	60	ESPATULA Nº 8	R\$10,40	R\$624,00
97	UN	39	ESQUADRO DE AÇO 12" (300 MM), CABO DE ALUMÍNIO	R\$23,97	R\$934,83
98	UN	1750	ESTOPA 150 GR	R\$5,68	R\$9.940,00
99	UN	245	FECHADURA INTERNA LARGA (SUGESTÃO:STAM,SOPRANO,ALIANÇA)	R\$80,47	R\$19.715,15
100	MT	6150	FIO P/ PODADOR DE GRAMA 3,0 MM QUADRADO	R\$7,35	R\$45.202,50
102	UN	830	FITA CREPE DE 2,5X50 MT	R\$12,73	R\$10.565,90
103	UN	830	FITA CREPE DE 5,0X50 MT	R\$24,07	R\$19.978,10
104	UN	1770	FITA ISOLANTE, ROLO DE 20,00 M	R\$11,30	R\$20.001,00
105	UN	400	FITA VEDA ROSCA 20 MT	R\$7,30	R\$2.920,00
106	UN	815	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	R\$11,63	R\$9.478,45
107	UN	20	HIDROMETRO 3 M³, DIAM. RAMAL = 25 MM	R\$386,67	R\$7.733,40
110	UN	725	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 100 MM - (ESGOTO)	R\$8,67	R\$6.285,75
111	UN	775	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 40 MM - (ESGOTO)	R\$2,57	R\$1.991,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

112	UN	675	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 50 MM - (ESGOTO)	R\$3,57	R\$2.409,75
113	UN	825	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 75 MM - (ESGOTO)	R\$8,30	R\$6.847,50
114	UN	725	JOELHO 90 GRAUS DIÂMETRO 100 MM - (ESGOTO)	R\$7,30	R\$5.292,50
115	UN	725	JOELHO 90 GRAUS DIÂMETRO 40 MM - (ESGOTO)	R\$1,33	R\$964,25
116	UN	725	JOELHO 90 GRAUS DIÂMETRO 50 MM - (ESGOTO)	R\$3,13	R\$2.269,25
117	UN	695	JOELHO 90 GRAUS DIÂMETRO 75 MM - (ESGOTO)	R\$6,30	R\$4.378,50
118	UN	875	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 25 MM	R\$0,80	R\$700,00
119	UN	875	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 32 MM	R\$4,52	R\$3.955,00
120	UN	755	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 50 MM	R\$5,33	R\$4.024,15
121	UN	375	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL ROSCA DIÂMETRO 20 X 1/2"	R\$2,53	R\$948,75
122	UN	615	JOELHO LR DE 20 X 1/2 BUCHA LATÃO	R\$4,47	R\$2.749,05
123	UN	725	JOELHO LR DE 25 X 1/2 BUCHA LATÃO	R\$6,13	R\$4.444,25
124	UN	725	JOELHO LR DE 25 X 3/4 BUCHA LATÃO	R\$8,13	R\$5.894,25
125	UN	655	JUNÇÃO SIMPLES DIÂMETRO 75 X 50 MM - (ESGOTO)	R\$20,97	R\$13.735,35
126	UN	50	KIT CAVALETE (D=25 MM P/HIDROM. 1,5; 3 E 5M ³) + CAIXA PADRÃO "A" DA SANEAGO	R\$290,00	R\$14.500,00
127	UN	360	LAMINA PARA SEGUETA	R\$17,47	R\$6.289,20
128	UN	109	LAVATÓRIO MÉDIO C/ COLUNA	R\$286,72	R\$31.252,48
129	UN	375	LIGAÇÃO FLEXÍVEL (ENGATE) PV 1/2"	R\$9,13	R\$3.423,75
130	UN	158	LINHA PARA PEDREIRO COM 100 M	R\$15,47	R\$2.444,26
131	UN	158	LINHA PARA PEDREIRO COM 50 M	R\$9,57	R\$1.512,06
132	UN	1520	LIXA D'ÁGUA 240	R\$4,13	R\$6.277,60
133	UN	1440	LIXA P/ FERRO (NUMERO 100)	R\$5,90	R\$8.496,00
134	UN	1340	LIXA P/ PAREDE (NUMERO 100)	R\$4,13	R\$5.534,20
135	PR	254	LUVA DE PEDREIRO LATEX	R\$17,13	R\$4.351,02
136	PR	180	LUVA DE RASPA CANO CURTO	R\$27,47	R\$4.944,60
137	PR	180	LUVA DE RASPA CANO LONGO	R\$36,30	R\$6.534,00
138	PR	315	LUVA LATEX COM SUPORTE TÊXTIL COM DORSO VENTILADO DE ALGODÃO PROFISSIONAL.	R\$5,47	R\$1.723,05
139	UN	475	LUVA LR 25 X 1/2"	R\$4,13	R\$1.961,75
140	UN	305	LUVA LR BUCHA LATÃO 25 X 1/2"	R\$7,13	R\$2.174,65
141	UN	485	LUVA SOLD. C/BUCHA DE LATÃO 20 X 1/2" COR AZUL	R\$6,13	R\$2.973,05
142	UN	465	LUVA SOLD. C/BUCHA DE LATÃO 25 X 3/4" COR AZUL	R\$7,07	R\$3.287,55
143	UN	525	LUVA SOLD. C/ROSCA 20 X 1/2"	R\$2,13	R\$1.118,25
144	UN	695	LUVA SOLDÁVEL 20 MM	R\$0,98	R\$681,10
145	UN	695	LUVA SOLDÁVEL 25 MM	R\$1,28	R\$889,60
146	UN	420	LUVA SOLDÁVEL 50 MM	R\$4,13	R\$1.734,60
147	UN	470	LUVA SOLDÁVEL C/ROSCA 25 X 3/4"	R\$3,13	R\$1.471,10
149	MT	730	MANGUEIRA DE NÍVEL 5/16	R\$3,65	R\$2.664,50
150	MT	3747	MANGUEIRA PARA JARDIM	R\$5,37	R\$20.121,39
151	MT	4750	MANGUEIRA PRETA 1" X 3.0 MM	R\$10,40	R\$49.400,00
152	MT	4550	MANGUEIRA PRETA 1/2" X 2,5MM	R\$2,80	R\$12.740,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

153	MT	5250	MANGUEIRA PRETA 3/4" X 2,5 MM	R\$4,13	R\$21.682,50
154	MT	850	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 10 CM	R\$4,23	R\$3.595,50
155	MT	900	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 15 CM	R\$6,35	R\$5.715,00
156	MT	900	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 20 CM	R\$8,47	R\$7.623,00
157	MT	850	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 30 CM	R\$11,13	R\$9.460,50
158	UN	50	MARRETA DE 01 KG	R\$44,30	R\$2.215,00
159	UN	50	MARRETA DE 02 KG	R\$70,30	R\$3.515,00
160	UN	38	MARTELO DE BORRACHA	R\$28,97	R\$1.100,86
161	UN	50	MARTELO POLIDO Nº 27	R\$59,47	R\$2.973,50
162	UN	787	MASCARA AZUL C/ RESPIRADOR	R\$6,47	R\$5.091,89
163	UN	954	MASCARA DESCARTAVEL	R\$4,13	R\$3.940,02
164	GL	170	MASSA ACRILICA COM 3.600ML	R\$59,97	R\$10.194,90
165	GL	290	MASSA CORRIDA GALÃO 3.600	R\$30,80	R\$8.932,00
166	LT	180	MASSA CORRIDA LT 900 ML	R\$16,33	R\$2.939,40
167	CX	740	MASSA CORRIDA P.V.A 18 KG / 18 L	R\$72,43	R\$53.598,20
168	LT	120	NEUTROL 18 LT	R\$447,27	R\$53.672,40
169	UN	237	OCULOS INCOLOR	R\$8,40	R\$1.990,80
170	UN	82	PA BICO Nº 4 C/ CABO	R\$94,97	R\$7.787,54
173	UN	1424	PALHA DE AÇO BRILHO/RASP Nº0	R\$3,03	R\$4.314,72
174	UN	1424	PALHA DE AÇO BRILHO/RASP Nº1	R\$2,83	R\$4.029,92
175	UN	1424	PALHA DE AÇO BRILHO/RASP Nº2	R\$2,83	R\$4.029,92
176	UN	395	PARAFUSO P/ VASO	R\$4,57	R\$1.805,15
177	UN	67	PENEIRA ARAME P/ ARROZ REFORÇADA	R\$117,63	R\$7.881,21
178	UN	67	PENEIRA ARAME P/ CAFÉ REFORÇADA	R\$117,63	R\$7.881,21
179	UN	67	PENEIRA ARAME P/ FEIJÃO REFORÇADA	R\$117,63	R\$7.881,21
180	un	106	PIA MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1,20X0,54CM VERDE ROMANO	R\$196,30	R\$20.807,80
181	UN	64	PICARETA C/ CABO	R\$145,30	R\$9.299,20
182	UN	92	PNEU PARA CARRINHO DE MÃO	R\$44,30	R\$4.075,60
183	UN	179	PORTA LISA DE MADEIRA 210 X 70	R\$216,97	R\$38.837,63
184	UN	189	PORTA LISA DE MADEIRA 210 X 80	R\$216,97	R\$41.007,33
188	JG	250	PORTAL DE MADEIRA 2,10 X 80	R\$220,30	R\$55.075,00
189	KG	535	PREGO 17 X 21	R\$21,97	R\$11.753,95
190	KG	525	PREGO 18 X 24	R\$22,43	R\$11.775,75
191	KG	530	PREGO 19 X 36	R\$21,30	R\$11.289,00
192	KG	400	PREGO 26 X 72	R\$51,63	R\$20.652,00
193	UN	37	PRUMO Nº 5	R\$38,80	R\$1.435,60
194	UN	91	QUADRO DISJUNTOR DE 6 ELEMENTOS	R\$42,63	R\$3.879,33
195	UN	140	REGISTRO DE ESFERA DIAM. ½" (METAL)	R\$28,63	R\$4.008,20
196	UN	110	REGISTRO DE ESFERA DIAM. 1.1/2" (METAL)	R\$285,00	R\$31.350,00
197	UN	140	REGISTRO DE ESFERA DIAM. 3/4" (METAL)	R\$37,03	R\$5.184,20
198	UN	170	REGISTRO DE ESFERA LL 25 MM	R\$8,27	R\$1.405,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

199	UN	170	REGISTRO DE ESFERA LL 50 MM	R\$27,13	R\$4.612,10
200	UN	145	REGISTRO DE PRESSÃO 1400 1/2"	R\$31,97	R\$4.635,65
201	UN	145	REGISTRO DE PRESSÃO 1400 3/4"	R\$60,97	R\$8.840,65
202	UN	145	REGISTRO DE PRESSÃO DE 3/4" REF. 1416 C-50	R\$72,13	R\$10.458,85
203	UN	65	REGUA DE ALUMÍNIO 2 MT	R\$54,30	R\$3.529,50
204	UN	172	REPARO PARA VÁLVULA DOCOL	R\$100,13	R\$17.222,36
205	UN	172	REPARO PARA VÁLVULA HIDRA	R\$65,30	R\$11.231,60
206	UN	98	RODA P/ CARRINHO DE MÃO PNEU C/ CÂMARA	R\$104,97	R\$10.287,06
207	UN	98	RODA P/ CARRINHO DE MÃO PNEU MACIÇO	R\$158,63	R\$15.545,74
208	UN	657	ROLO DE ESPUMA 05 CM	R\$4,83	R\$3.173,31
209	UN	657	ROLO DE ESPUMA 15 CM	R\$7,33	R\$4.815,81
210	UN	657	ROLO DE ESPUMA 9 CM	R\$6,40	R\$4.204,80
211	UN	690	ROLO DE LÃ 23 CM ANTI GOTA	R\$16,73	R\$11.543,70
212	UN	900	ROLO DE LÃ 23 CM EXTRA PELE DE CARNEIRO AUSTRALIANO COM LÃ EXTRA LONGA E Densa DE 25 MM. GRANDE CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA DE TINTAS.	R\$42,30	R\$38.070,00
213	UN	642	ROLO DE LÃ 9 CM C/ CABO EXTRA	R\$10,30	R\$6.612,60
214	UN	400	ROLO DE LÃ DE 23 CM EXTRA C/ SUPORTE	R\$31,63	R\$12.652,00
215	LT	595	SELADOR ACRÍLICO LT 18 L	R\$106,30	R\$63.248,50
216	UN	80	SIFÃO COPO PVC	R\$34,30	R\$2.744,00
217	UN	420	SIFÃO FLEXÍVEL UNIVERSAL (SANFONADO) EM PVC P/ LAVATÓRIO	R\$8,27	R\$3.473,40
218	UN	77	TANQUE DE CONCRETO DUPLO	R\$209,30	R\$16.116,10
219	UN	77	TANQUE DE CONCRETO TRIPLO	R\$294,97	R\$22.712,69
220	UN	345	TE 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 40 MM	R\$11,47	R\$3.957,15
221	UN	345	TE 90° LR 25 X 1/2 BUCHA LATÃO	R\$6,57	R\$2.266,65
222	UN	495	TE SANITÁRIO 100 X 100 MM (ESGOTO)	R\$13,43	R\$6.647,85
223	UN	345	TE SANITÁRIO DIÂMETRO 100 X 50 MM - (ESGOTO)	R\$14,63	R\$5.047,35
224	UN	395	TE SANITÁRIO DIÂMETRO 50 X 50 MM - (ESGOTO)	R\$7,30	R\$2.883,50
225	UN	395	TE SANITÁRIO DIÂMETRO 75 X 75 MM - (ESGOTO)	R\$15,30	R\$6.043,50
226	UN	450	TE SOLDÁVEL LISO 20 MM	R\$1,03	R\$463,50
227	UN	360	TE SOLDÁVEL LISO 25 MM	R\$1,35	R\$486,00
228	UN	340	TE SOLDÁVEL LISO 32 MM	R\$4,98	R\$1.693,20
229	UN	215	TE SOLDÁVEL LISO 50 MM	R\$9,60	R\$2.064,00
230	UN	400	TE SOLDÁVEL LL 50 X 25	R\$11,00	R\$4.400,00
231	UN	350	TE SOLDÁVEL LR 25 X 1/2"	R\$2,75	R\$962,50
232	UN	300	TE SOLDÁVEL LR 25 X 3/4"	R\$6,37	R\$1.911,00
234	UN	555	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 4 MM, DE 2,44 X 0,50 M (SEM AMIANTO)	R\$37,97	R\$21.073,35
237	UN	25000	TELHA PLAN	R\$2,13	R\$53.250,00
238	LT	900	THINNER 900 ML	R\$20,53	R\$18.477,00
245	UN	455	TINTA SPRAY LATA 360	R\$21,97	R\$9.996,35
246	UN	409	TORNEIRA DE JARDIM DIÂMETRO ½ E ¾" C/BICO	R\$28,97	R\$11.848,73



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

247	UN	375	TORNEIRA DE METAL P/ PIA/PAREDE 3/4"	R\$70,63	R\$26.486,25
248	UN	409	TORNEIRA DE METAL DE 1/2"	R\$41,63	R\$17.026,67
249	UN	409	TORNEIRA LAVATÓRIO METAL C 50	R\$91,63	R\$37.476,67
250	UN	409	TORNEIRA LAVATÓRIO PLÁSTICO	R\$15,80	R\$6.462,20
251	UN	375	TORNEIRA PARA CUBA	R\$213,30	R\$79.987,50
252	UN	375	TORNEIRA PARA PIA PVC 1/2"	R\$6,58	R\$2.467,50
253	UN	375	TORNEIRA PARA TANQUE PVC 1/2"	R\$13,80	R\$5.175,00
254	UN	375	TORNEIRA PLÁSTICA P/ JARDIM 1/2"	R\$4,80	R\$1.800,00
255	UN	375	TORNEIRA PLÁSTICA P/ LAVATORIO	R\$15,53	R\$5.823,75
258	UN	1230	TRELIÇA	R\$44,80	R\$55.104,00
259	UN	72	TRENA AUTOMÁTICA 5 MT	R\$62,73	R\$4.516,56
260	UN	270	TRINCHA 1"	R\$5,47	R\$1.476,90
261	UN	270	TRINCHA 1/2"	R\$3,13	R\$845,10
262	UN	370	TRINCHA 2"	R\$7,07	R\$2.615,90
263	UN	340	TRINCHA 3"	R\$13,18	R\$4.481,20
264	UN	370	TRINCHA 3/4"	R\$4,13	R\$1.528,10
265	UN	270	TUBO CAIXA DE DESCARGA	R\$16,80	R\$4.536,00
266	BR	105	TUBO ESGOTO 150 MM	R\$225,13	R\$23.638,65
267	BR	80	TUBO ESGOTO 200 MM	R\$472,00	R\$37.760,00
268	BR	630	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 100 MM	R\$81,60	R\$51.408,00
269	BR	705	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 40 MM	R\$42,27	R\$29.800,35
270	BR	635	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 50 MM	R\$63,93	R\$40.595,55
271	BR	610	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 75 MM	R\$73,40	R\$44.774,00
272	BR	660	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 20 MM	R\$16,43	R\$10.843,80
273	BR	690	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	R\$22,30	R\$15.387,00
274	BR	215	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 32 MM	R\$50,93	R\$10.949,95
275	BR	600	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 50 MM	R\$76,87	R\$46.122,00
278	UN	410	VÁLVULA P/ LAVATÓRIO PVC 1"	R\$10,30	R\$4.223,00
279	UN	189	VASO SANITÁRIO (BRANCO)	R\$243,30	R\$45.983,70
281	UN	640	VASSOURA GARI ROBUSTO FIO LONGO 12CM/28X8 C CABO	R\$70,97	R\$45.420,80
282	UN	395	VEDACIT GL 3.600 LT	R\$44,63	R\$17.628,85
283	GL	400	VEDALITE 3.600 LT	R\$60,97	R\$24.388,00
286	UN	147	VITRO BASCULANTE 0,50 X 0,50	R\$183,30	R\$26.945,10
287	UN	147	VITRO BASCULANTE 0,60 X 0,40	R\$203,30	R\$29.885,10
288	UN	200	TELHA PVC TIPO COLONIAL 2,30 X 0,88	R\$128,36	R\$25.672,00

Valor Total da Cota: R\$ 3.206.224,56 (três milhões duzentos e seis mil duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. Esta licitação será realizada com as disposições contidas e estabelecidas neste edital e em consonância com o regramento contido na Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações pertinentes ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

objeto licitado.

2.2. O Pregoeiro, Sr. Fabricio Silva de Deus conduzirá a sessão conforme nomeado em Decreto Municipal;

2.3. A utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso de Corumbáiba/Go – Goiás, se adequarem à forma eletrônica:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

(...)

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

2.4. A Lei 14.133/2021 também prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

2.5. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizada na sede deste Município – Rua Simon Bolívar, nº. 58, centro, Corumbáiba-GO. O Credenciamento será feito na própria sessão de abertura.

2.5.1. A empresa que pretender enviar seus envelopes via mensageiro e/ou correios, deverá enviar envelope contendo toda a documentação para o credenciamento da empresa, tal exigência se dá em virtude do sistema de Software utilizado pelo Município “Megasoft” exigir o credenciamento da empresa para fins de importação da proposta. No entanto não havendo representantes a empresa não poderá manifestar o interesse na intenção de recursos. O não envio da documentação de credenciamento poderá ensejar a não participação da empresa se seus dados não puderem ser obtidos por outros meios.

2.6. O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e estudo junto a Comissão Permanente de Licitação deste Município, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes. As planilhas de proposta e credenciamento, de caráter não obrigatório, poderão ser enviadas por “e-mail” ou disponibilizados para retirada dos licitantes interessados em “cd” ou “pendrive” no endereço acima estipulado.

2.7. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.8. quando da participação no certame de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI), agricultura familiar, produtor rural, pessoa física e sociedades cooperativas de consumo sediadas local ou regionalmente, será assegurada a preferência de contratação, justificadamente, quando sua proposta for igual ou até o limite de **10% (dez por cento)** do melhor preço válido, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações e Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.8.1. A Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP) sediada local ou regionalmente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que está adjudicando o objeto em seu favor.

2.9. Para aplicação do disposto no item 2.8.1, e em cumprimento à Instrução Normativa – IN nº 0008/2016 do TCM/GO, que estabelece orientações aos Municípios Goianos sobre a aplicação da Lei Complementar nº 126/2006 na realização de procedimentos licitatórios, em especial à norma contida em seu art. 2º, §1º, inciso II, considera-se Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) e sociedades cooperativas de consumo sediadas local ou regionalmente, os municípios da Região da Estrada de Ferro, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, compreendendo os municípios de **Anhanquera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbáiba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos.**

2.10. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base no subitem 2.8.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até dez por cento superiores ao menor preço;

2.11. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

2.12. Será concedida vistas de toda a documentação apresentada, de maneira individual, para cada um dos licitantes.

2.13. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação as empresas (pessoas jurídicas) legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame, com objeto social pertinente e compatível com o certame, e que atenderem às exigências deste edital e seus Anexos.

3.2. As Cotas (**RESERVADA E EXCLUSIVA**) serão de participação exclusiva para ME, EPP ou Equiparadas, do ramo de atividades pertinentes ao objeto da Contratação, que preencherem as condições de credenciamento constante neste edital.

3.2.1. Quando não houver fornecedores competitivos enquadrados como microempreendedor, microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório nos itens exclusivo e reservado, O Pregoeiro convocará as demais licitante(s) para participar(em) deste item, conforme art. 49, inciso II da Lei Complementar 123/06.

3.2.1.1. *“Interpretação literal da Lei nº 123/2006, faz crer que não é necessária a efetiva participação de no mínimo 03 (três) empresas de Pequeno Porte sediadas local ou regionalmente e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, mas simplesmente que existam os três fornecedores competitivos enquadrados nas exigências legais. Contudo, insta consignar ser inaceitável que a licitação tenha um baixo número de concorrentes por falhas na divulgação do certame pela Administração”.* (Acórdão nº 877/16 –P-TCEPR).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 3.2.2.** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;
- 3.2.2.1.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 3.2.2.2.** No momento da aquisição haverá a prioridade de aquisição dos itens que compõe as cotas reservadas pra Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 3.3.** Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art.15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 3.4.** As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Corumbá-Go, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 3.5.** A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.
- 3.6.** Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.
- 3.7.** Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os licitantes credenciados, a Pregoeira e os membros da Equipe de Apoio.
- 3.8.** É vedada a participação de empresas:
- 3.8.1.** Concorrentes, ou em recuperação judicial, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 3.8.2.** Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará(ão) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21 sem prejuízo da cobrança de perdas e danos.
- 3.8.3.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.8.4.** Pessoa física ou jurídica que incidirem nas hipóteses previstas no § 1º e § 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 3.8.5.** empresa cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, sócio majoritário, procurador ou representante legal de outra do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação.
- 3.8.6.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
- 3.8.7.** As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8.8.** As empresas submetidas a processos de recuperação judicial podem participar desta licitação, desde que demonstrem, na fase de habilitação, ter viabilidade econômica.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 4.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

dias úteis antes da data de abertura do certame.

4.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

5.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

5.3. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

I - Documento oficial de identidade;

II - Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura.

III – Contrato Social e alteração contratual ou documento que substitui.

5.4. Em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial, e deverá ocorrer quando do credenciamento ou declaração que estão enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do **Anexo V** deste edital, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006.

5.5. A licitante deve ainda apresentar uma declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme preceitua o Artigo 63, inciso I, da Lei N.º 14.133/2021. (**Anexo IV**)

5.6. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação do representante da licitante na sessão **SOMENTE** para fins de apresentação de lances.

5.7. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado nas mesmas formas do subitem 5.3.

5.8. Não será admitida a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa licitante.

5.9. A ausência do representante na sessão implicará na impossibilidade de ofertar lances bem como a manifestação de interpor recursos.

5.10. A empresa que pretender enviar seus envelopes via mensageiro e/ou correios, deverá enviar envelope contendo toda a documentação para o credenciamento da empresa, tal exigência se dá em virtude do sistema de Software utilizado pelo Município “Megasoft” exigir o credenciamento da empresa para fins de importação da proposta. No entanto não havendo representantes a empresa não poderá manifestar o interesse na intenção de recursos. O não envio da documentação de credenciamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

poderá ensejar a não participação da empresa se seus dados não puderem ser obtidos por outros meios.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Pregão Presencial - nº 013/2024

Interessado: Secretaria Municipal de Administração, Infraestrutura e Planejamento

Envelope nº 2 – Habilitação.

Pregão Presencial - nº 013/2024

Interessado: Secretaria Municipal de Administração, Infraestrutura e Planejamento

6.2. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

6.3. A proponente somente poderá apresentar uma única proposta podendo concorrer por quantos itens for de ser interesse.

6.4. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6.5. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro.

6.6. O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será considerada inabilitada.

6.7. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 30 (trinta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

6.8. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA”

7.1. A proposta de preço deverá observar as condições constantes do **Anexo I – Termo de Referência**, que é parte integrante deste Edital, devendo ser elaborada em papel timbrado da empresa e com base nas informações a seguir:

7.2. Ser redigida, preferencialmente, em 01 (uma) via datilografada ou editorada por computador, em língua portuguesa, com linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

7.3. Indicar na proposta os seguintes itens:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- a) razão social da Proponente
- b) endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, (UF).
- c) telefone e endereço eletrônico (e-mail).
- d) Banco, número da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame.
- e) Prazo de entrega

7.4. A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do envelope “proposta”. Se a proposta não informar este prazo será esta a validade considerada.

7.5. As propostas deverão conter: **item; unidade; quantidade; descrição do produto; preço unitário e total e marca dos produtos ofertados (quando houver)**, vedada a indicação de mais de uma fabricante para cada item, bem como sua substituição durante o julgamento desta licitação. Se houver dúvidas quanto aos produtos ofertados em relação ao solicitado no edital poderá ser solicitado amostra para fins de conferência e esclarecimento, conforme o caso.

7.6. O Fornecedor/Prestador de Serviços deverá cumprir rigorosamente com os prazos de entrega, devendo o objeto ser de boa qualidade, obedecendo rigorosamente às normas e legislações pertinentes que atendam integralmente todas as normas técnicas vigentes, em especial norma ABNT, INMETRO ou demais normas considerando o objeto;

7.7. Ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando apenas duas casas decimais após a vírgula (Lei Federal nº 9.069/95), discriminados por item, em algarismo (unitário e total). No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como: fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, inclusive os decorrentes de troca do objeto dentro do prazo de garantia, se for o caso.

7.7.1. As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificados quanto a erros, os quais serão corrigidos pela Pregoeira da forma seguinte:

- a.1.) Discrepância entre valor total grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o que mais se aproximar da soma total da proposta, mantendo-se os valores unitários;
- a.2.) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- a.3.) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;
- a.4.) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.

7.9.2. O valor total da proposta será ajustado pela Pregoeira em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total da proposta.

7.9.3. O valor final total ofertado na fase de lances poderá ser ajustado no valor do lance ou a menor quando da apresentação de nova proposta, devendo esta ser apresentada com cálculos exatos observando a quantidade de casas decimais estabelecidas no item 7.7.

7.10. A proposta deverá conter preço para os itens cotados a qual a empresa esteja apresentado preço.

7.10.1. A centésima parte do Real, denominada “centavos”, será escrita sob a forma decimal, precedida da vírgula que segue a unidade, nos termos da Lei 9.069, art. 1º, § 2º, de 29 de junho de 1995.

7.11. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.12. Deverá constar na proposta ou em anexo à ela Declaração de que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA.

7.12.1. A não apresentação das DECLARAÇÕES/INFORMAÇÕES mencionadas acima ensejará na desclassificação do licitante.

7.13. O licitante poderá concorrer e a adjudicação do objeto ocorrerá como consequência da melhor proposta ofertada, pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo que a adjudicação do objeto dependerá ainda que o ofertante da melhor proposta atenda as condições previstas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

7.13. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidas automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação. Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o menor preço por item.

7.14. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta. Não serão admitidas, posteriormente, alegações ou enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos ou indenizações de qualquer natureza.

7.15. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda os manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado. Ressalvadas as hipóteses de diligências para saneamento.

7.16. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.17. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

8.1. A licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO, os documentos relacionados a seguir. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação

8.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA – ART.62, INC.I

a) Certidão Simplificada de arquivamento ou formulário de Registro de Empresário Individual na Junta Comercial, no caso de firma individual.

b) Ato constitutivo – Estatuto ou Contrato Social em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrado, em se tratando de Sociedades



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Empresariais e, especificamente, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembleia que aprovou o Estatuto.

- b.1)** os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem e do item VI não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

OS DOCUMENTOS ACIMA (SUBITEM 6.1.1), DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão conjunta emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Certidão expedida pela Delegacia da Receita Federal, ambas da unidade da federação onde a empresa licitante tem a sua sede.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a licitante tem sua sede.
- e) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) Prova de regularidade relativa à justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em atendimento ao exposto na Lei Federal 12.440/11.
- g) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no **ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos termos do art.69, inc.II da Lei Federal 14.133/2021;

8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

a) Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos comprovando atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.

8.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) **Declaração da empresa informando que seus sócios, proprietários, Dirigentes ou assemelhados** não possuem qualquer vínculo com o Município de Corumbáiba conforme modelo do **ANEXO VII**;
- b) Declaração de Plena Aceitação dos Termos previstos no Edital, conforme **Anexo VIII**;
- c) **DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS, Anexo IX**
- d) Comprovante de que a empresa não se encontra impedida de licitar, contratar ou exercer cargo público emitida através do link <https://www.tcmgo.tc.br/site/tcm-em-acao/impedidos-de-licitar-ou-contratar/> do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 9.1.** Ainda que possuam restrições fiscais ou fazendárias, as Micros e Pequenas Empresas deverão apresentar a totalidade dos requisitos dispostos no item 8.1.2, exigidos para fins de comprovação da regularidade fiscal.
- 9.2.** Os documentos emitidos por via INTERNET poderão ter seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.
- 9.3.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 9.4.** As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, não se aplicando aos documentos em que a validade já esteja determinada neste Edital.

10. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 10.1.** No horário e local indicados no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, sendo que todas as fases do procedimento serão realizadas mediante sistema eletrônico de gerenciamento adotado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e projetado em tela ampla através de “data show”, para acompanhamento de todos os presentes;
- 10.2.** Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a **DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo IV** ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
 - 10.2.1.** Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por conseqüência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame, independentemente da quantidade de licitantes já presentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 10.3.** Para o julgamento das propostas escritas, será considerado **O MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 10.4.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.
- 10.5.** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, **ITEM POR ITEM**, com observância dos seguintes critérios e procedimentos:
- 10.5.1.** Seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM;
 - 10.5.2.** O pregoeiro procederá à classificação da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM, e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço por item, para participarem dos lances verbais;
 - 10.5.3.** Caso não haja pelo menos três propostas na condição definida acima, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.
 - 10.5.4.** Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais, a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Aos Licitantes proclamados classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta classificada de maior valor.
- 10.6.** O pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta classificada de maior valor e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 10.7.** Os lances deverão ser formulados em PERCENTUAIS DISTINTOS, DECRESCENTES e INFERIORES à proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.
- 10.8.** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances para aquele item.
- 10.9.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de MENOR PREÇO com vistas à redução do valor.
- 10.10.** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta, decidindo motivadamente a respeito.
- 10.11.** ENCERRADA A ETAPA DE LANCES, Considerada aceitáveis as ofertas de MENOR PREÇO POR ITEM, serão abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação dos licitantes autores das ofertas de menor valor.
- 10.12.** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do (s) item (s) do certame.
- 10.13.** Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, o qual resultara em menor preço, o mesmo negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁIBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10.14. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita a de MENOR PREÇO POR ITEM.

10.15. Caso a proposta apresente erros de soma e/ou multiplicação, o pregoeiro fará a correção dos cálculos e a proposta será aceita mediante expresso consentimento do proponente. Caso contrário, a proposta será desclassificada.

10.16. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.

10.17. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.

10.18. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pela pregoeira, equipe de apoio e licitantes presentes.

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, nos termos do art.165 da Lei Federal 14.133/2021.

11.2. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

11.2.1. recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

11.2.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do subitem acima, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no subitem 9.2.1 será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14133/2021, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

11.2.3. O recurso de que trata o subitem 11.2.1 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.2.4. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

11.2.5. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.2.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

12.1. O resultado final do PREGÃO será publicado no quadro de avisos (Mural) do Município de Corumbá, no site oficial da Prefeitura, e em outros meios exigidos por lei.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao Pregoeiro adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora.

13.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente vencedora.

13.3. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.

13.4. A partir do ato da homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato equivalente, respeitada a validade de sua proposta.

13.5. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), acaso pertinente e operacionalmente possível em atendimento à Lei 14.133/2021.

14. DA FORMA DE ENTREGA OU EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. As condições de fornecimento e suas condições e prazos estão pormenorizadamente estabelecidas no Termo de Referência em anexo.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas com a presente licitação serão suportadas orçamentariamente por meio de rubrica a ser informada no termo Contratual ou outro instrumento que este venha a substituir.

15.2. As despesas possuem compatibilidade com as demais Lei Orçamentárias (LDO/PPA) e serão previamente empenhadas, nos termos do art. 58 e seguintes, da Lei Federal nº 4.320/64.

16. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA EXECUÇÃO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

16.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

16.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 16.3.1. O prazo de validade;
- 16.3.2. A data da emissão;
- 16.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16.3.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 16.3.5. O valor a pagar; e
- 16.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.3.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 16.3.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.3.9. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 16.3.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.3.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 16.3.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.
- 16.3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

16.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

16.6. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) de correção monetária.

17. DO VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO

17.1. Atribui-se a esse procedimento o valor Global estimado em **R\$ 10.667.830,77 (dez milhões seiscentos e sessenta e sete mil oitocentos e trinta reais e setenta e sete centavos);**

17.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

18. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

18.1. São obrigações da Licitante Vencedora, além daquelas expressas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA:

- a) Executar o fornecimento solicitado conforme Ordem de Serviço, Termo de Referência e demais documentos emitidos pela Administração devidamente assinada por servidor competente para tal;
- b) Comunicar imediatamente e por escrito ao Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos serviços, objeto da presente Licitação;
- d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- e) Comunicar ao Município Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata;
- f) Todas as demais obrigações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, que faz parte integrante da Ata de Registro de Preços.

18.2. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Detentora da Ata

19. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

19.1. O Município deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, nos termos do art. 117º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes também do Termo de Referência;

19.2. Compete ainda ao Município:

- a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;
- c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- f) Arcar com as despesas de publicação do extrato de adesão a Ata de Registro de Preços;
- g) Todas as demais obrigações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, que fará parte integrante da Ata de Registro de Preços.

20. DA FORMALIZAÇÃO, VIGENCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

20.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis contados do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

20.3. A Licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

20.4. Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o item 18.2 ou havendo recusa em fazê-lo, o Município aplicará as penalidades cabíveis.

20.5. A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente.

20.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

20.7. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os valores registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

20.8. A extinção da Ata de Registro de Preços poderá ser:

- I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula § 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

20.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

20.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I- devolução da garantia;
- II- pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III- pagamento do custo da desmobilização. compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

20.11. Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I ao IX do art. 137º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

- I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

de especificações, de projetos ou de prazos;

II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III- alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV- decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

20.12. A detentora da Ata de Registro de Preços terá direito à extinção nas seguintes hipóteses previstas no parágrafo § 2º, incisos I ao V do art. 137º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

I- supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II- suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III- repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV- atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

VI- Para a extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do art. 137º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, deverão ser observadas os incisos I e II do § 3º do art. 137º da mesma Lei.

VII- Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.13. A rescisão do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

21. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

21.1. A detentora/contratada obriga-se a executar os serviços/fornecimento licitados em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo Município, este responsável pela emissão das requisições, com especial observância dos termos deste Instrumento Convocatório e da Ata de Registro de Preços/Contrato/Nota de empenho.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades seguintes:

- a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

22.2. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

22.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

22.4. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

22.5. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

22.6. A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

22.7. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

22.8. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NAO PARTICIPANTE

23.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

as regras contidas no art. 86º § 2º incisos I, II e III da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

23.2. Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

23.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

23.4. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme art. 86, § 4º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme art. 86º, § 5º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

23.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Detentora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

24. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

24.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

24.1.1. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irredutíveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor/Prestador de Serviços e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

24.1.2. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

24.1.3. Quando o valor registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem o valor ofertado.

24.1.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus valores aos praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

24.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus valores aos valores de mercado observará a classificação original.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

24.3. Se ocorrer do preço de mercado tornar-se maior que os valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

22.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

22.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

24.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

24.5. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

24.5.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

24.5.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

24.5.3. Não aceitar reduzir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

24.5.4. Sofrer sanção prevista no art. 156º, incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

22.6. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

22.6.1. Por razão de interesse público; ou

22.6.2. A pedido do fornecedor.

25. DAS REVISÕES DE PREÇOS

25.1. O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

25.2. O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

25.3. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Consultoria Jurídica.

25.4. Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

25.5. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 15 (QUINZE) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

25.5.1. Durante a análise do subitem acima a empresa detentora do Registro não poderá suspender e/ou interromper o fornecimento/prestação de serviços do bem contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

23.6. Para a revisão dos Preços o município poderá editar Decreto afim de orientar ás empresas detentoras do rito de solicitação da revisão, as quais deverão seguir fielmente as determinações.

26. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

26.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

26.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

26.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

26.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

26.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

26.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

26.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

26.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

26.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na lei 14.133/2021 e/ou em regulamento editado pelo município.

24.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

24.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou;

24.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição;

24.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. As licitantes declaram ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, bem como de todas as condições gerais e peculiaridades ao cumprimento do objeto licitado, sendo vedado invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

27.2. Pela elaboração da proposta, as licitantes não terão direito a auferir qualquer vantagem, remuneração ou indenização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

27.3. Esta Licitação será anulada se ocorrer ilegalidade no seu processamento ou julgamento, podendo ser revogada, a juízo exclusivo do Município de Corumbáiba, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao serviço público, sem que caiba direito a qualquer indenização.

27.4. A Administração poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência que, a seu exclusivo critério, julgar necessária, no sentido de obter esclarecimentos ou informações complementares.

27.5. As normas disciplinadoras desta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

27.6. Fica consignada a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

27.7. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

Corumbáiba, aos 08 dia do mês de Março de 2024.

Edital elaborado por:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXX



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de Construção e acabamento para serem utilizadas em reparos e demais finalidades de interesses da Administração Pública.

II – JUSTIFICATIVA

2. Os itens a serem adquiridos servirão para suprir a Administração Pública na realização de reparos, manutenções preventivas e corretivas nos prédios e logradouros públicos, bem como em serviços de obra que se fizerem necessários. Haja vista que o município possui espaços e prédios públicos que frequentemente necessitam de reparos e/ou adequações para melhor atender à população e proporcionar maior conforto aos servidores.

III – DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS E DOS VALORES ESTIMADOS E DA DIVISÃO DE COTAS

COTA EXCLUSIVA: Poderão participar somente as empresas enquadradas como Microempresas (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) e Empresário Individual De Responsabilidade Limitada (Eireli), nos termos do art. 3º e 18-E, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, sem prejuízo de sua participação no grupo principal.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VAL. UNT EST	VAL.TOTAL EST
1	UN	2300	ABRAÇADEIRA DE NYLON 1,4 X 250	R\$0,27	R\$621,00
2	UN	2610	ABRAÇADEIRA DE NYLON 2,8 X 350	R\$0,36	R\$939,60
3	UN	2610	ABRAÇADEIRA DE NYLON 3,5 X 400	R\$0,46	R\$1.200,60
4	UN	2510	ABRAÇADEIRA DE NYLON 4,8 X 400	R\$0,61	R\$1.531,10
5	UN	1060	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 1/2	R\$1,93	R\$2.045,80
6	UN	1030	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 3/4	R\$3,03	R\$3.120,90
7	BR	575	ACO CA - 60 - 5,0 MM BARRA DE 12MTS- (OBRAS CIVIS)	R\$21,73	R\$12.494,75
8	BR	890	ACO CA-50 A - 8,0 MM (5/16")BARRA DE 12 MTS - (OBRAS CIVIS)	R\$44,07	R\$39.222,30
9	BR	880	ACO CA-50, 10,0 MM (3/8)	R\$70,30	R\$61.864,00
10	BR	890	ACO CA-50,6,3 MM (1/4)	R\$29,67	R\$26.406,30
11	BR	900	ACO CA-60,4,2 MM	R\$16,13	R\$14.517,00
12	UN	100	ADAPTADOR CURTO LR 50X1 1/2	R\$6,20	R\$620,00
13	UN	260	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 20 X 1/2"	R\$1,40	R\$364,00
14	UN	275	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 25 XX3/4	R\$1,63	R\$448,25
15	UN	125	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 32 X 1"	R\$2,33	R\$291,25
16	UN	190	ADAPTADOR SOLD. LONGO FLANGES LIV. CX DAGUA 25 X 3/4"	R\$33,30	R\$6.327,00
17	UN	105	ADAPTADOR SOLD. LONGO FLANGES LIV. CX DAGUA 32 X 1"	R\$40,30	R\$4.231,50
18	UN	230	ADAPTADOR SOLD. LONGO FLANGES LIV. CX DAGUA 50 X 1 1/2"	R\$52,23	R\$12.012,90
19	UN	320	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 50 MM X 1 1/2"	R\$6,07	R\$1.942,40
20	UN	400	ADAPTADOR SOLDÁVEL FLANGE 32X1"	R\$29,80	R\$11.920,00



Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO. Fone: (64) 3447-7000



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

21	UN	140	ADESIVO DE SILICONE TUBO DE 280 GR	RS31,33	RS4.386,20
22	UN	130	ADESIVO DE SILICONE TUBO DE 50 GR	RS10,07	RS1.309,10
23	UN	40	ADESIVO PLASTICO - BISNAGA 75 G	RS7,83	RS313,20
24	UN	200	ADESIVO PVC 175 G	RS15,63	RS3.126,00
25	UN	20	ALAVANCA 2.0 MT	RS228,63	RS4.572,60
26	KG	50	ARAME GALVANIZADO Nº 12 BWG	RS29,97	RS1.498,50
27	KG	215	ARAME GALVANIZADO Nº 18	RS41,63	RS8.950,45
28	KG	425	ARAME RECOZIDO 18	RS22,63	RS9.617,75
29	KG	645	ARAME RECOZIDO Nº 12	RS19,67	RS12.687,15
30	SC	1040	ARGAMASSA DE CIMENTO COLANTE 20 KG	RS11,63	RS12.095,20
31	KG	865	ARGAMASSA DE REJUNTAMENTO	RS7,30	RS6.314,50
32	UN	100	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO	RS124,97	RS12.497,00
33	UN	90	ASSENTO SIMPLES EM POLIPROPILENO P/ VASO SANITÁRIO	RS35,73	RS3.215,70
34	BR	100	BARRA DE FERRO 1/4	RS31,30	RS3.130,00
35	UN	3	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 LTS, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 220/380 V POTENCIA 2 CV, SEM CARREGADOR	RS6.746,67	RS20.240,01
36	UN	230	BOIA DE 1/2	RS16,80	RS3.864,00
37	UN	35	BRAÇO P/ CHUVEIRO PVC	RS10,47	RS366,45
40	UN	70	BROXA QUADRADA SINTETICA 18 X 8	RS15,47	RS1.082,90
41	UN	70	BROXA REDONDA	RS10,43	RS730,10
42	UN	175	BUCHA DE REDUÇÃO LL 50 X 25 MM	RS3,67	RS642,25
43	UN	177	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 25 X 20 MM	RS0,55	RS97,35
44	UN	135	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 32 X 25 MM	RS1,40	RS189,00
45	UN	99	CABO DE ROLO DE 23 CM	RS9,47	RS937,53
46	UN	120	CADEADO DE 45MM	RS48,53	RS5.823,60
47	UN	120	CADEADO PAPAIZ/PADO No. 20	RS22,10	RS2.652,00
48	UN	120	CADEADO PAPAIZ/PADO No. 30	RS28,63	RS3.435,60
49	UN	71	CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA	RS109,93	RS7.805,03
50	UN	165	CAIXA DE DESCARGA (PVC)	RS45,13	RS7.446,45
51	UN	140	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA	RS92,50	RS12.950,00
52	UN	85	CAIXA DE GORDURA DE 40 X 100	RS255,63	RS21.728,55
53	UN	615	CAIXA METÁLICA QUADRADA 4" X 4" X 2"	RS7,47	RS4.594,05
54	UN	630	CAIXA METÁLICA RETANGULAR 4" X 2" X 2"	RS4,30	RS2.709,00
55	UN	51	CAIXA PADRÃO SANEAGO	RS393,33	RS20.059,83
56	SC	192	CAIXA SINFONADA 10 X 10	RS16,73	RS3.212,16
57	UN	112	CAIXA SINFONADA 15 X 15	RS35,63	RS3.990,56
58	SC	3550	CAL HIDRATADO 20 KG	RS22,30	RS79.165,00
59	SC	450	CAL P/ MASSA FILITO 20 KG	RS8,37	RS3.766,50
60	SC	3100	CAL P/ PINTURA 8 KG	RS19,37	RS60.047,00
61	UN	35	CAMARA DE AR PARA RODA DE CARRINHO DE MÃO	RS16,07	RS562,45
62	UN	290	CANTONEIRA 8 X 10	RS7,20	RS2.088,00
63	UN	89	CARRINHO DE MÃO PNEU COM CÂMARA REFORÇADO G 20 EXTRA FORTE (SUGESTÃO: TRAMONTINA, CMS, BLASFOT)	RS414,97	RS36.932,33





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

64	UN	96	CAVADEIRA ARTICULADA 1,80 MT	RS148,30	RS14.236,80
65	M²	2140	CERÂMICA 45 X 45 (DIMENSÃO APROXIMADA)- PISO PEI MAIOR OU IGUAL A 4	RS29,63	RS63.408,20
66	UN	40	CHAVE CONTACTORA	RS436,67	RS17.466,80
67	UN	30	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA 15 A/ 250V (COMP. DO CABO=1,5M)	RS61,63	RS1.848,90
68	UN	134	CHUVEIRO ELÉTRICO EM PVC	RS79,97	RS10.715,98
70	UN	90	COLHER DE PEDREIRO Nº 10	RS29,30	RS2.637,00
71	UN	89	COLHER DE PEDREIRO Nº 8	RS28,80	RS2.563,20
73	MT	2280	CORDA DE NYLON 10 MM	RS3,47	RS7.911,60
74	MT	473	CORRENTE DE AÇO 5 MM	RS26,30	RS12.439,90
75	UN	66	CX. D'ÁGUA POLIETILENO 1000 LTS C/TAMPA	RS582,97	RS38.476,02
76	UN	82	CX. D'ÁGUA POLIETILENO 500 LTS C/TAMPA	RS299,97	RS24.597,54
77	UN	110	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADO	RS22,63	RS2.489,30
78	UN	110	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA	RS17,80	RS1.958,00
79	UN	110	DESEMPENADEIRA DE PLÁSTICO G	RS18,63	RS2.049,30
80	UN	195	DISCO DE MAQUITA CORTE CERÂMICA	RS44,30	RS8.638,50
81	UN	195	DISCO DE MAQUITA CORTE MADEIRA	RS15,63	RS3.047,85
82	UN	180	DISCO DE MAQUITA TURBO	RS44,30	RS7.974,00
83	UN	255	ENGATE/RABICHO FLEXÍVEL PLÁSTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2" X 40 CM	RS7,47	RS1.904,85
84	UN	73	ENXADA ESTREITA *25 X 23* CM COM CABO	RS94,30	RS6.883,90
85	UN	45	ENXADA ESTREITA *25 X 23* CM SEM CABO	RS53,63	RS2.413,35
86	UN	95	ENXADÃO ESTREITO	RS114,97	RS10.922,15
87	UN	24	ESCADA DE ALUMÍNIO EXT. 2 X 11 (6 MT)	RS1.440,00	RS34.560,00
88	UN	15	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMÍNIO DE 10 DEGRAUS	RS1.273,33	RS19.099,95
89	UN	25	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMÍNIO DE 5 DEGRAUS	RS1.072,67	RS26.816,75
90	UN	33	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMÍNIO DE 7 DEGRAUS	RS1.127,33	RS37.201,89
91	LT	345	ESMALTE SINTÉTICO 900 ML	RS37,30	RS12.868,50
92	GL	280	ESMALTE SINTÉTICO AUTOMOTIVO GALÃO 3.600 LT	RS285,67	RS79.987,60
94	UN	1000	ESPAÇADOR DE PISO	RS7,35	RS7.350,00
95	UN	245	ESPATULA DE PLÁSTICO LISA, LARGURA 10 CM	RS17,13	RS4.196,85
96	UN	60	ESPATULA Nº 8	RS10,40	RS624,00
97	UN	39	ESQUADRO DE AÇO 12" (300 MM), CABO DE ALUMÍNIO	RS23,97	RS934,83
98	UN	1750	ESTOPA 150 GR	RS5,68	RS9.940,00
99	UN	245	FECHADURA INTERNA LARGA (SUGESTÃO: STAM, SOPRANO, ALIANÇA)	RS80,47	RS19.715,15
100	MT	6150	FIO P/ PODADOR DE GRAMA 3,0 MM QUADRADO	RS7,35	RS45.202,50
102	UN	830	FITA CREPE DE 2,5X50 MT	RS12,73	RS10.565,90
103	UN	830	FITA CREPE DE 5,0X50 MT	RS24,07	RS19.978,10
104	UN	1770	FITA ISOLANTE, ROLO DE 20,00 M	RS11,30	RS20.001,00
105	UN	400	FITA VEDA ROSCA 20 MT	RS7,30	RS2.920,00
106	UN	815	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	RS11,63	RS9.478,45
107	UN	20	HIDROMETRO 3 M³, DIAM. RAMAL = 25 MM	RS386,67	RS7.733,40
110	UN	725	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 100 MM - (ESGOTO)	RS8,67	RS6.285,75





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

111	UN	775	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 40 MM - (ESGOTO)	RS2,57	RS1.991,75
112	UN	675	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 50 MM - (ESGOTO)	RS3,57	RS2.409,75
113	UN	825	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 75 MM - (ESGOTO)	RS8,30	RS6.847,50
114	UN	725	JOELHO 90 GRAUS DIÂMETRO 100 MM - (ESGOTO)	RS7,30	RS5.292,50
115	UN	725	JOELHO 90 GRAUS DIÂMETRO 40 MM - (ESGOTO)	RS1,33	RS964,25
116	UN	725	JOELHO 90 GRAUS DIÂMETRO 50 MM - (ESGOTO)	RS3,13	RS2.269,25
117	UN	695	JOELHO 90 GRAUS DIÂMETRO 75 MM - (ESGOTO)	RS6,30	RS4.378,50
118	UN	875	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 25 MM	RS0,80	RS700,00
119	UN	875	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 32 MM	RS4,52	RS3.955,00
120	UN	755	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 50 MM	RS5,33	RS4.024,15
121	UN	375	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL ROSCA DIÂMETRO 20 X 1/2"	RS2,53	RS948,75
122	UN	615	JOELHO LR DE 20 X 1/2 BUCHA LATÃO	RS4,47	RS2.749,05
123	UN	725	JOELHO LR DE 25 X 1/2 BUCHA LATÃO	RS6,13	RS4.444,25
124	UN	725	JOELHO LR DE 25 X 3/4 BUCHA LATÃO	RS8,13	RS5.894,25
125	UN	655	JUNÇÃO SIMPLES DIÂMETRO 75 X 50 MM - (ESGOTO)	RS20,97	RS13.735,35
126	UN	50	KIT CAVALETE (D=25 MM P/HIDROM. 1,5; 3 E 5M ³) + CAIXA PADRÃO "A" DA SANEAGO	RS290,00	RS14.500,00
127	UN	360	LAMINA PARA SEGUETA	RS17,47	RS6.289,20
128	UN	109	LAVATÓRIO MÉDIO C/ COLUNA	RS286,72	RS31.252,48
129	UN	375	LIGAÇÃO FLEXÍVEL (ENGATE) PV 1/2"	RS9,13	RS3.423,75
130	UN	158	LINHA PARA PEDREIRO COM 100 M	RS15,47	RS2.444,26
131	UN	158	LINHA PARA PEDREIRO COM 50 M	RS9,57	RS1.512,06
132	UN	1520	LIXA D'ÁGUA 240	RS4,13	RS6.277,60
133	UN	1440	LIXA P/ FERRO (NUMERO 100)	RS5,90	RS8.496,00
134	UN	1340	LIXA P/ PAREDE (NUMERO 100)	RS4,13	RS5.534,20
135	PR	254	LUVA DE PEDREIRO LATEX	RS17,13	RS4.351,02
136	PR	180	LUVA DE RASPA CANO CURTO	RS27,47	RS4.944,60
137	PR	180	LUVA DE RASPA CANO LONGO	RS36,30	RS6.534,00
138	PR	315	LUVA LATEX COM SUPORTE TÊXTIL COM DORSO VENTILADO DE ALGODÃO PROFISSIONAL.	RS5,47	RS1.723,05
139	UN	475	LUVA LR 25 X 1/2"	RS4,13	RS1.961,75
140	UN	305	LUVA LR BUCHA LATÃO 25 X 1/2"	RS7,13	RS2.174,65
141	UN	485	LUVA SOLD. C/BUCHA DE LATÃO 20 X 1/2" COR AZUL	RS6,13	RS2.973,05
142	UN	465	LUVA SOLD. C/BUCHA DE LATÃO 25 X 3/4" COR AZUL	RS7,07	RS3.287,55
143	UN	525	LUVA SOLD. C/ROSCA 20 X 1/2"	RS2,13	RS1.118,25
144	UN	695	LUVA SOLDÁVEL 20 MM	RS0,98	RS681,10
145	UN	695	LUVA SOLDÁVEL 25 MM	RS1,28	RS889,60
146	UN	420	LUVA SOLDÁVEL 50 MM	RS4,13	RS1.734,60
147	UN	470	LUVA SOLDÁVEL C/ROSCA 25 X 3/4"	RS3,13	RS1.471,10
149	MT	730	MANGUEIRA DE NÍVEL 5/16	RS3,65	RS2.664,50
150	MT	3747	MANGUEIRA PARA JARDIM	RS5,37	RS20.121,39
151	MT	4750	MANGUEIRA PRETA 1" X 3.0 MM	RS10,40	RS49.400,00
152	MT	4550	MANGUEIRA PRETA 1/2" X 2,5MM	RS2,80	RS12.740,00
153	MT	5250	MANGUEIRA PRETA 3/4" X 2,5 MM	RS4,13	RS21.682,50
154	MT	850	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 10 CM	RS4,23	RS3.595,50





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

155	MT	900	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 15 CM	R\$6,35	R\$5.715,00
156	MT	900	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 20 CM	R\$8,47	R\$7.623,00
157	MT	850	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 30 CM	R\$11,13	R\$9.460,50
158	UN	50	MARRETA DE 01 KG	R\$44,30	R\$2.215,00
159	UN	50	MARRETA DE 02 KG	R\$70,30	R\$3.515,00
160	UN	38	MARTELO DE BORRACHA	R\$28,97	R\$1.100,86
161	UN	50	MARTELO POLIDO Nº 27	R\$59,47	R\$2.973,50
162	UN	787	MASCARA AZUL C/ RESPIRADOR	R\$6,47	R\$5.091,89
163	UN	954	MASCARA DESCARTAVEL	R\$4,13	R\$3.940,02
164	GL	170	MASSA ACRILICA COM 3.600ML	R\$59,97	R\$10.194,90
165	GL	290	MASSA CORRIDA GALÃO 3.600	R\$30,80	R\$8.932,00
166	LT	180	MASSA CORRIDA LT 900 ML	R\$16,33	R\$2.939,40
167	CX	740	MASSA CORRIDA P.V.A 18 KG / 18 L	R\$72,43	R\$53.598,20
168	LT	120	NEUTROL 18 LT	R\$447,27	R\$53.672,40
169	UN	237	OCULOS INCOLOR	R\$8,40	R\$1.990,80
170	UN	82	PA BICO Nº 4 C/ CABO	R\$94,97	R\$7.787,54
173	UN	1424	PALHA DE AÇO BRILHO/RASP Nº0	R\$3,03	R\$4.314,72
174	UN	1424	PALHA DE AÇO BRILHO/RASP Nº1	R\$2,83	R\$4.029,92
175	UN	1424	PALHA DE AÇO BRILHO/RASP Nº2	R\$2,83	R\$4.029,92
176	UN	395	PARAFUSO P/ VASO	R\$4,57	R\$1.805,15
177	UN	67	PENEIRA ARAME P/ ARROZ REFORÇADA	R\$117,63	R\$7.881,21
178	UN	67	PENEIRA ARAME P/ CAFÉ REFORÇADA	R\$117,63	R\$7.881,21
179	UN	67	PENEIRA ARAME P/ FEIJÃO REFORÇADA	R\$117,63	R\$7.881,21
180	un	106	PIA MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1,20X0,54CM VERDE ROMANO	R\$196,30	R\$20.807,80
181	UN	64	PICARETA C/ CABO	R\$145,30	R\$9.299,20
182	UN	92	PNEU PARA CARRINHO DE MÃO	R\$44,30	R\$4.075,60
183	UN	179	PORTA LISA DE MADEIRA 210 X 70	R\$216,97	R\$38.837,63
184	UN	189	PORTA LISA DE MADEIRA 210 X 80	R\$216,97	R\$41.007,33
188	JG	250	PORTAL DE MADEIRA 2,10 X 80	R\$220,30	R\$55.075,00
189	KG	535	PREGO 17 X 21	R\$21,97	R\$11.753,95
190	KG	525	PREGO 18 X 24	R\$22,43	R\$11.775,75
191	KG	530	PREGO 19 X 36	R\$21,30	R\$11.289,00
192	KG	400	PREGO 26 X 72	R\$51,63	R\$20.652,00
193	UN	37	PRUMO Nº 5	R\$38,80	R\$1.435,60
194	UN	91	QUADRO DISJUNTOR DE 6 ELEMENTOS	R\$42,63	R\$3.879,33
195	UN	140	REGISTRO DE ESFERA DIAM. ½" (METAL)	R\$28,63	R\$4.008,20
196	UN	110	REGISTRO DE ESFERA DIAM. 1.1/2" (METAL)	R\$285,00	R\$31.350,00
197	UN	140	REGISTRO DE ESFERA DIAM. 3/4" (METAL)	R\$37,03	R\$5.184,20
198	UN	170	REGISTRO DE ESFERA LL 25 MM	R\$8,27	R\$1.405,90
199	UN	170	REGISTRO DE ESFERA LL 50 MM	R\$27,13	R\$4.612,10
200	UN	145	REGISTRO DE PRESSÃO 1400 1/2"	R\$31,97	R\$4.635,65
201	UN	145	REGISTRO DE PRESSÃO 1400 3/4"	R\$60,97	R\$8.840,65
202	UN	145	REGISTRO DE PRESSÃO DE 3/4" REF. 1416 C-50	R\$72,13	R\$10.458,85
203	UN	65	REGUA DE ALUMÍNIO 2 MT	R\$54,30	R\$3.529,50





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

204	UN	172	REPARO PARA VÁLVULA DOCOL	RS100,13	RS17.222,36
205	UN	172	REPARO PARA VÁLVULA HIDRA	RS65,30	RS11.231,60
206	UN	98	RODA P/ CARRINHO DE MÃO PNEU C/ CÂMARA	RS104,97	RS10.287,06
207	UN	98	RODA P/ CARRINHO DE MÃO PNEU MACIÇO	RS158,63	RS15.545,74
208	UN	657	ROLO DE ESPUMA 05 CM	RS4,83	RS3.173,31
209	UN	657	ROLO DE ESPUMA 15 CM	RS7,33	RS4.815,81
210	UN	657	ROLO DE ESPUMA 9 CM	RS6,40	RS4.204,80
211	UN	690	ROLO DE LÃ 23 CM ANTI GOTA	RS16,73	RS11.543,70
212	UN	900	ROLO DE LÃ 23 CM EXTRA PELE DE CARNEIRO AUSTRALIANO COM LÃ EXTRA LONGA E DENSA DE 25 MM. GRANDE CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA DE TINTAS.	RS42,30	RS38.070,00
213	UN	642	ROLO DE LÃ 9 CM C/ CABO EXTRA	RS10,30	RS6.612,60
214	UN	400	ROLO DE LÃ DE 23 CM EXTRA C/ SUPORTE	RS31,63	RS12.652,00
215	LT	595	SELADOR ACRÍLICO LT 18 L	RS106,30	RS63.248,50
216	UN	80	SIFÃO COPO PVC	RS34,30	RS2.744,00
217	UN	420	SIFÃO FLEXÍVEL UNIVERSAL (SANFONADO) EM PVC P/ LAVATÓRIO	RS8,27	RS3.473,40
218	UN	77	TANQUE DE CONCRETO DUPLO	RS209,30	RS16.116,10
219	UN	77	TANQUE DE CONCRETO TRIPLO	RS294,97	RS22.712,69
220	UN	345	TE 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 40 MM	RS11,47	RS3.957,15
221	UN	345	TE 90° LR 25 X 1/2 BUCHA LATÃO	RS6,57	RS2.266,65
222	UN	495	TE SANITÁRIO 100 X 100 MM (ESGOTO)	RS13,43	RS6.647,85
223	UN	345	TE SANITÁRIO DIÂMETRO 100 X 50 MM - (ESGOTO)	RS14,63	RS5.047,35
224	UN	395	TE SANITÁRIO DIÂMETRO 50 X 50 MM - (ESGOTO)	RS7,30	RS2.883,50
225	UN	395	TE SANITÁRIO DIÂMETRO 75 X 75 MM - (ESGOTO)	RS15,30	RS6.043,50
226	UN	450	TE SOLDÁVEL LISO 20 MM	RS1,03	RS463,50
227	UN	360	TE SOLDÁVEL LISO 25 MM	RS1,35	RS486,00
228	UN	340	TE SOLDÁVEL LISO 32 MM	RS4,98	RS1.693,20
229	UN	215	TE SOLDÁVEL LISO 50 MM	RS9,60	RS2.064,00
230	UN	400	TE SOLDÁVEL LL 50 X 25	RS11,00	RS4.400,00
231	UN	350	TE SOLDÁVEL LR 25 X 1/2"	RS2,75	RS962,50
232	UN	300	TE SOLDÁVEL LR 25 X 3/4"	RS6,37	RS1.911,00
234	UN	555	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 4 MM, DE 2,44 X 0,50 M (SEM AMIANTO)	RS37,97	RS21.073,35
237	UN	25000	TELHA PLAN	RS2,13	RS53.250,00
238	LT	900	THINNER 900 ML	RS20,53	RS18.477,00
245	UN	455	TINTA SPRAY LATA 360	RS21,97	RS9.996,35
246	UN	409	TORNEIRA DE JARDIM DIÂMETRO ½ E ¾" C/BICO	RS28,97	RS11.848,73
247	UN	375	TORNEIRA DE METAL P/ PIA/PAREDE 3/4"	RS70,63	RS26.486,25
248	UN	409	TORNEIRA DE METAL DE 1/2"	RS41,63	RS17.026,67
249	UN	409	TORNEIRA LAVATÓRIO METAL C 50	RS91,63	RS37.476,67
250	UN	409	TORNEIRA LAVATÓRIO PLÁSTICO	RS15,80	RS6.462,20
251	UN	375	TORNEIRA PARA CUBA	RS213,30	RS79.987,50
252	UN	375	TORNEIRA PARA PIA PVC 1/2"	RS6,58	RS2.467,50
253	UN	375	TORNEIRA PARA TANQUE PVC 1/2"	RS13,80	RS5.175,00
254	UN	375	TORNEIRA PLÁSTICA P/ JARDIM 1/2"	RS4,80	RS1.800,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

255	UN	375	TORNEIRA PLÁSTICA P/ LAVATORIO	RS15,53	RS5.823,75
258	UN	1230	TRELIÇA	RS44,80	RS55.104,00
259	UN	72	TRENA AUTOMÁTICA 5 MT	RS62,73	RS4.516,56
260	UN	270	TRINCHA 1"	RS5,47	RS1.476,90
261	UN	270	TRINCHA 1/2"	RS3,13	RS845,10
262	UN	370	TRINCHA 2"	RS7,07	RS2.615,90
263	UN	340	TRINCHA 3"	RS13,18	RS4.481,20
264	UN	370	TRINCHA 3/4"	RS4,13	RS1.528,10
265	UN	270	TUBO CAIXA DE DESCARGA	RS16,80	RS4.536,00
266	BR	105	TUBO ESGOTO 150 MM	RS225,13	RS23.638,65
267	BR	80	TUBO ESGOTO 200 MM	RS472,00	RS37.760,00
268	BR	630	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 100 MM	RS81,60	RS51.408,00
269	BR	705	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 40 MM	RS42,27	RS29.800,35
270	BR	635	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 50 MM	RS63,93	RS40.595,55
271	BR	610	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 75 MM	RS73,40	RS44.774,00
272	BR	660	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 20 MM	RS16,43	RS10.843,80
273	BR	690	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	RS22,30	RS15.387,00
274	BR	215	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 32 MM	RS50,93	RS10.949,95
275	BR	600	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 50 MM	RS76,87	RS46.122,00
278	UN	410	VÁLVULA P/ LAVATÓRIO PVC 1"	RS10,30	RS4.223,00
279	UN	189	VASO SANITÁRIO (BRANCO)	RS243,30	RS45.983,70
281	UN	640	VASSOURA GARI ROBUSTO FIO LONGO 12CM/28X8 C CABO	RS70,97	RS45.420,80
282	UN	395	VEDACIT GL 3.600 LT	RS44,63	RS17.628,85
283	GL	400	VEDALITE 3.600 LT	RS60,97	RS24.388,00
286	UN	147	VITRO BASCULANTE 0,50 X 0,50	RS183,30	RS26.945,10
287	UN	147	VITRO BASCULANTE 0,60 X 0,40	RS203,30	RS29.885,10
288	UN	200	TELHA PVC TIPO COLONIAL 2,30 X 0,88	RS128,36	RS25.672,00

COTA RESERVADA: Poderão participar somente as empresas enquadradas como Microempresas (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) e Empresário Individual De Responsabilidade Limitada (Eireli), nos termos do art. 3º e 18-E, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, sem prejuízo de sua participação no grupo principal

Item	UND	QTDE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VAL UNT	VAL TOTAL
1	MT	161	BRITA Nº 01	RS189,00	RS30.429,00
2	MT	207	BRITA No. 0	RS189,00	RS39.123,00
3	SC	1937	CIMENTO PORTLAND C.P. 32 (SC=50 KG)	RS35,30	RS68.376,10
4	UN	262	COLUNA 5/16 DE 6 MTS 8 MM 7 X 14	RS109,63	RS28.723,06
5	GL	308	ESMALTE SINTÉTICO COM 3.600ML	RS123,80	RS38.130,40
6	RL	500	FIO PODADOR DE GRAMA	RS52,30	RS26.150,00
7	UN	46	JANELA VENEZIANA CORRER DE VIDRO 1,20 X 1,00	RS1.072,67	RS49.342,82
8	UN	46	JANELA VENEZIANA CORRER DE VIDRO 1,50 X 1,00	RS1.210,00	RS55.660,00
9	UN	62	MALHA DE FERRO 2,45 X 6,0 FERRO 4,2	RS335,00	RS20.770,00
10	UN	22	PADRÃO MONOFÁSICO 10 MM², H=5 METRO	RS3.088,33	RS67.943,26
11	UN	16	PADRÃO MONOFÁSICO 10 MM², H=7 METRO	RS3.976,67	RS63.626,72



Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO. Fone: (64) 3447-7000



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

12	UN	114	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,60 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$48.457,98
13	UN	114	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,70 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$48.457,98
14	UN	114	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,80 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$48.457,98
15	UN	35000	TELHA BIPLAN	R\$3,13	R\$109.550,00
16	UN	207	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	R\$100,30	R\$20.762,10
17	UN	208	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE 3,66 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	R\$442,97	R\$92.137,76
18	GL	313	THINNER GALÃO 5 LITROS	R\$93,63	R\$29.306,19
19	UN	74500	TIJOLO COMUM MACIÇO (4,5 X 9 X 19 CM)	R\$0,78	R\$58.110,00
20	UN	90000	TIJOLO FURADO DE 15 X 30	R\$2,60	R\$234.000,00
21	LT	482	TINTA ACRÍLICA 1º LINHA 18 LT CORAL/SUVINIL/NOVA COR	R\$463,63	R\$223.469,66
22	LT	210	TINTA P/ PISO 1º LINHA 18 LT CORAL/SUVINIL/NOVA COR	R\$500,23	R\$105.048,30
23	LT	546	TINTA PVA 2º LINHA 18 LT	R\$285,33	R\$155.790,18
24	UN	19	TORRE PARA CAIXA D'ÁGUA 1.000 LT	R\$1.441,67	R\$27.391,73
25	UN	19	TORRE PARA CAIXA D'ÁGUA 500 LT	R\$1.098,33	R\$20.868,27
26	UN	60	VÁLVULA DE DESCARGA DUPLO ACIONAMENTO HIDRA/DOCOL (BASE E ACABAMENTO CROMADO)	R\$669,63	R\$40.177,80
27	UN	60	VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 ½" E ACABAMENTO METÁLICO CROMADO	R\$394,23	R\$23.653,80
28	UN	43	VASO SANITÁRIO C/ CAIXA ACOPLADA C/ DUPLO ACIONAMENTO	R\$604,00	R\$25.972,00
29	GL	148	VERNIZ COPAL 3.600	R\$186,97	R\$27.671,56
30	GL	148	VERNIZ MOGNO 3.600 LT	R\$193,53	R\$28.642,44

COTA PRINCIPAL: Poderão participar e ofertar lances nestes itens TODAS as Empresas que possuírem habilitação para fornecer os produtos que constam no objeto deste processo licitatório.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VAL UNT	VAL TOTAL
1	MT	484	BRITA Nº 01	R\$189,00	R\$91.476,00
2	MT	623	BRITA No. 0	R\$189,00	R\$117.747,00
3	SC	5813	CIMENTO PORTLAND C.P. 32 (SC=50 KG)	R\$35,30	R\$205.198,90
4	UN	788	COLUNA 5/16 DE 6 MTS 8 MM 7 X 14	R\$109,63	R\$86.388,44
5	GL	927	ESMALTE SINTÉTICO COM 3.600ML	R\$123,80	R\$114.762,60
6	RL	1500	FIO PODADOR DE GRAMA	R\$52,30	R\$78.450,00
7	UN	139	JANELA VENEZIANA CORRER DE VIDRO 1,20 X 1,00	R\$1.072,67	R\$149.101,13
8	UN	139	JANELA VENEZIANA CORRER DE VIDRO 1,50 X 1,00	R\$1.210,00	R\$168.190,00
9	UN	188	MALHA DE FERRO 2,45 X 6,0 FERRO 4,2	R\$335,00	R\$62.980,00
10	UN	67	PADRÃO MONOFÁSICO 10 MM², H=5 METRO	R\$3.088,33	R\$206.918,11
11	UN	51	PADRÃO MONOFÁSICO 10 MM², H=7 METRO	R\$3.976,67	R\$202.810,17
12	UN	345	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,60 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$146.649,15
13	UN	345	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,70 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$146.649,15
14	UN	345	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,80 M C/ FERRAGENS	R\$425,07	R\$146.649,15
15	UN	105000	TELHA BIPLAN	R\$3,13	R\$328.650,00
16	UN	623	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	R\$100,30	R\$62.486,90



Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO. Fone: (64) 3447-7000



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

17	UN	627	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE 3,66 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	RS442,97	RS277.742,19
18	GL	942	THINNER GALÃO 5 LITROS	RS93,63	RS88.199,46
19	UN	223500	TIJOLO COMUM MACIÇO (4,5 X 9 X 19 CM)	RS0,78	RS174.330,00
20	UN	270000	TIJOLO FURADO DE 15 X 30	RS2,60	RS702.000,00
21	LT	1448	TINTA ACRÍLICA 1º LINHA 18 LT CORAL/SUVINIL/ NOVA COR	RS463,63	RS671.336,24
22	LT	630	TINTA P/ PISO 1º LINHA 18 LT CORAL/SUNIVIL/NOVA COR	RS500,23	RS315.144,90
23	LT	1639	TINTA PVA 2º LINHA 18 LT	RS285,33	RS467.655,87
24	UN	60	TORRE PARA CAIXA D'ÁGUA 1.000 LT	RS1.441,67	RS86.500,20
25	UN	60	TORRE PARA CAIXA D'ÁGUA 500 LT	RS1.098,33	RS65.899,80
26	UN	180	VÁLVULA DE DESCARGA DUPLO AÇIONAMENTO HIDRA/DOCOL (BASE E ACABAMENTO CROMADO)	RS669,63	RS120.533,40
27	UN	182	VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 ½" E ACABAMENTO METÁLICO CROMADO	RS394,23	RS71.749,86
28	UN	131	VASO SANITÁRIO C/ CAIXA ACOPLADA C/ DUPLO AÇIONAMENTO	RS604,00	RS79.124,00
29	GL	447	VERNIZ COPAL 3.600	RS186,97	RS83.575,59
30	GL	447	VERNIZ MOGNO 3.600 LT	RS193,53	RS86.507,91

3.1. Nos termos do Art.48 da LC 123/2006 o presente procedimento licitatório terá cotas destinado exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte bem como a participação das demais empresas que não se enquadrarem neste enquadramento societário.

3.2. Tendo em vista que os itens que foram destinados às cotas reservadas e exclusivas são bens divisíveis e não afetará no consumo e utilização dos produtos não vislumbra prejuízo na realização de divisão, nem prejuízo no conjunto ou complexo, haja vista que o município de Corumbáiba conta com vários mercados capazes de satisfazer as necessidades da Administração.

3.3. valendo-se do princípio da economicidade Processual, em eventual ocasião de não haver microempresas e empresas de pequeno porte interessados na participação das cotas a eles destinados, o procedimento ficará aberto para a ampla competitividade. Destaca-se que o quantitativo mínimo de três fornecedores não se aplica nesse quesito, evidenciando que SOMENTE ficará aberto a ampla concorrência em eventual hipótese de não haver NENHUMA microempresa ou empresa de pequeno porte na sessão, nos termos do Acórdão Consulta 0008/2018 TCMGO, em consulta realizada pelo município de Caldas Novas-Go.

IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes, ABNT, INMETRO e outras aplicáveis aos objetos;

4.2. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

4.3. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;



Rua Simon Bolívar, n° 58, Centro, Corumbáiba-GO. Fone: (64) 3447-7000



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

4.4. Os materiais no momento da entrega deverão estar no terço inicial de validade (caso houver), e apresentar as características constantes nas especificações do Termo de Referência;

4.5. Os materiais deverão ser entregues dentro do prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados a partir do envio da ordem de fornecimento, o fornecimento deverá ser realizado sempre que possível dentro do perímetro urbano do município de Corumbáiba de segunda a sexta feira durante o horário de expediente dos órgãos públicos, que funcionam das 08:00 as 11 e das 13:00 as 17:00;

4.5.1. Poderá haver entrega em mais de um local dentro do perímetro Urbano do município;

4.5.2. Considerando que o município de Corumbáiba possui Distritos, caso seja necessário de forma eventual as entregas poderão se estender a estes locais;

4.5.3. A empresa ficará obrigada a realizar o fornecimento dentro das necessidades da Administração Pública, onde somente será solicitado os materiais nas quantidades necessárias, tendo em vista que o município não dispõe de espaço adequado para guarda e armazenamento de grandes quantidades;

4.6. Não serão aceitos materiais com embalagem primária violada e/ou deteriorada, sendo rejeitada o objeto num todo, devendo o mesmo ser substituído dentro do prazo máximo de até 07 (sete) dias independentemente da quantidade rejeitada;

4.7. Os materiais deverão guardar suas características, não serão aceitos materiais que apresentarem defeito em sua fabricação ou que por motivo de armazenamento inadequado tiveram suas características comprometidas;

4.8. Tijolos e Telhas deverão possuir características do produto, com cor forte e vibrante, possuindo uniformidade em sua coloração, presumindo sua boa qualidade;

4.9. No momento da entrega não serão aceitas telhas, tijolos e outros materiais que verificar que possuem rachaduras, trincas, e/ou outro fator que possa comprometer sua utilização, ou a segurança de pessoas, sendo que tal recusa deverá ser feita pelo Departamento de Engenharia com as devidas justificativas;

4.10. Não serão aceitos materiais utilizados em amostras, feiras, ou expostos a longos períodos aos fatores climáticos e estes venham a causar danos, ferrugem, danificação em sua coloração.

4.11. Caso a empresa ultrapasse o limite do prazo de entrega estipulado no subitem 4.5 a mesma será notificada para que apresente suas razões devidamente acompanhada das comprovações;

4.11.1. No caso de atraso da entrega após concedido o direito do contraditório e ampla defesa será aberto procedimento administrativo para verificar a situação e a possível rescisão contratual e/ou cancelamento do registro, com as devidas penalidades cabíveis á contratada;

4.12. A empresa terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) que anteceder a data de conclusão do fornecimento, para informar á contratante os motivos que impedem de realizar o fornecimento, devendo para tanto apresentar as devidas justificativas com comprovações;

4.13. Os materiais serão recebidos:

a) provisoriamente no prazo de 3 dias, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente no prazo de 5 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.13. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

4.13.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

V – PAGAMENTO

5.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

5.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.3.1. O prazo de validade;

5.3.2. A data da emissão;

5.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

5.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

5.3.5. O valor a pagar; e

5.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.3.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.9. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.3.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.3.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.3.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

5.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

VI - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 6.1. Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.
- 6.2. Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.
- 6.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.
- 6.4. Responsabilizar –se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunística do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.
- 6.5. Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.
- 6.6. Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE.
- 6.7. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as disposições do Termo de Referência.
- 6.8. A CONTRATADA deve cumprir com as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 6.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

VII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Receber os materiais nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos medicamentos recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência da Proposta vencedora, para fins de aceitação e recebimento dos mesmos;
- 7.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço/material que a Contratada entregar fora das especificações deste Termo de Referência e da Proposta de Preços;
- 7.4. Se necessário, paralisar ou suspender a qualquer tempo a entrega dos materiais de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo das entregas efetuadas;
- 7.5. Comunicar à Contratada, por escrito, todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento contratado, bem como sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos materiais fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.6. Acompanhar e fiscalizar, por servidor previamente designado, a execução do contrato, o





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA **Estado de Goiás**

fornecimento, a qualificação e aferição dos materiais/serviços;

7.7. Efetuar os pagamentos à Contratada no valor correspondente as parcelas de compras dos materiais/serviços efetivamente entregues, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

7.8. Descontar dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais;

7.9. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

VIII – DAS MODIFICAÇÕES CONTRATUAIS

8.1. Nos termos do Art. 136 da Lei Federal 14.133/2021 os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

IX – SANÇÕES

9.1. Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa sobre o valor total do contrato pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, que sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

b) Inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

c) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado.

d) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

b) Não entregar a documentação exigida no edital;

c) Apresentar documentação falsa;





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Declarar informações falsas;
- j) Cometer fraude fiscal.

9.1.4. As sanções descritas no caput deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

9.1.5. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.1.6. A inexecução contratual também poderá dar causa à rescisão contratual, nos moldes da Lei nº 14.133/21.

9.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

9.3. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos itens ou da prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

X – MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1. Nos termos do Art.71 da Lei Federal 14.133/2021, o Município de Corumbáiba poderá, motivadamente revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

XI – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização do contrato será exercida por representante designado por cada contratante, ao qual competirá dirimir dúvidas e registrar ocorrências que surgirem no curso da execução do Contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

11.1.1. O fiscal do contrato será designado mediante Portaria a ser anexado ao contrato;

11.2. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e/ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

XII – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente,





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos comprovando atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.

TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO POR:

MARCOS DIVINO PEIXOTO
Secretário Municipal de Administração, Infraestrutura e Planejamento





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA Nº __/2024

Aos, na sede da Prefeitura Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sito a Rua xxxxxxxxxxxx, órgão gerenciador do Registro de Preços, conforme a classificação das propostas consolidadas na Ata de Julgamento de Preços, publicada no Diário xxxxxxxx, referentes ao Pregão Presencial nº xxx/2024, para Registro de Preços, homologado pelo Sr. Ordenador de Despesas no processo acima referenciado RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de xxxxxxxxxxxx para xxxxxxxxxxxx, conforme especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação Pregão nº xxx/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
1					
2					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas no art. 86º § 2º incisos I, II e III da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e demais normas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

em vigor e respectivas atualizações.

3.2. Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

3.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

3.4. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme art. 86, § 4º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

3.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme art. 86º, § 5º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

3.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Detentora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação nos meios legais, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços, caso haja, terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços, caso hajam, poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 4.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 4.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5.** O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e
- 4.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 4.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado nos meios oficiais e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9.** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.

9.2. E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata assinada pelas partes.

XXXXXXXXXXXX, de de 2024.

Órgão Gerenciador

Empresa detentora do registro



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA
Anexo III

Este anexo deverá ser entregue juntamente com a Proposta Comercial da empresa

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º xxx/2024

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º xxx/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital

A Empresa [XXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial N.º xxx/2024, que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

(local e data)

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Anexo IV

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º xxxx/2024

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º xxxx/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital

A Empresa [XXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial N° [XX]/2024, que atendem aos **REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que, até a presente data, **inexistem fatos impeditivos para sua habilitação**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

(local e data)

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
Anexo V

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º xxxx/2024

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º xxxx/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital

A Empresa [XXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial N.º [XX]/2024, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

(local e data)

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL
Anexo VI**

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º xxxx/2024

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º xxxx/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital

A Empresa [XXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXX], DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial N.º ___/2024, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

Local e Data:

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO
Anexo VII

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º xxxx/2024

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º xxxx/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx sediada à Rua/Avenida xxxxxxxxxxxxxxxx nº xxxxxxxxxxxxxxxx Setor/Bairro xxxxxxxxxxxxxxxx na cidade de xxxxxxxxxxxxxxxx Estado de xxxxxxxxxxxxxxxx neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor xxxxxxxxxxxxxxxx nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxx portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx **DECLARA**, sob as penas da Lei, que seus sócios, proprietários, Dirigentes ou assemelhados não possuem em qualquer vínculo com A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA.

Local e Data:

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DECLARAÇÃO DE PLENA ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL
Anexo VIII

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º xxxx/2024

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º xxxx/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital

.....(empresa) neste ato representada por(identificar).....DECLARA plena aceitação dos termos deste edital de licitação Pregão Presencial n.º ____/20XX.

Local e Data:

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

Art.63, inc.IV Lei Federal 14.133/2021

Anexo IX

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º xxxx/2024

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º xxxx/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital

A Empresa inscrito no CNPJ N....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº....., DECLARO, sob as penas da lei o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA DE CONTRATO
Anexo X

PREGÃO PRESENCIAL Nº xx/2024

CONTRATO DE FORNECIMENTO n.º _____/2024.

Processo Administrativo n.º xxxx/2024.

Contratação de empresa para FORNECIMENTO DE xxxxxxxxxxxx. CONFORME EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS INDICADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, celebrado **entre O MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES:

CONTRATANTE: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede administrativa na xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo seu **Gestor, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx**, brasileiro, xxxxxx e Gestor da xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado neste município, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxx e no RG nº xxxxxxxx, doravante designado CONTRATANTE.

CONTRATADO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxx com sede na xxxxxxxxxxxxxxxx nº - Setor xxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx - xx, representada pelo **Senhor (a) xxxxxxxxxxxxxxxx**, brasileiro, xxxxxx, portador(a) do CPF xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na cidade de xxxxxxxx- xx, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

Os CONTRATANTES acima qualificados celebram o presente contrato, conforme ato homologatório exarado no dia **xxx** de **xxxx** de 2024, nos autos do Processo nº **xxxx**, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. CONFORME EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS INDICADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

ITEM	UND	QTD	MARCA	DESCRIÇÃO MATERIAL	VAL.UNT	VAL TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados de DIA de MÊS de 2024 a DIA de MÊS de 2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.2. O presente contrato poderá encerrar antecipadamente em caso de penalidade aplicada á empresa e/ou em casos de exaurimento da quantidade licitada;

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas a serem avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

3.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

3.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

3.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.5.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

3.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

3.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

3.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 3.7.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 3.8. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 3.9. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;
- 3.10. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
- 3.11. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
- 3.12. Os materiais no momento da entrega deverão estar no termo inicial de validade (caso houver), e apresentar as características constantes nas especificações do Termo de Referência;
- 3.13. Os materiais deverão ser entregues dentro do prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados a partir do envio da ordem de fornecimento, o fornecimento deverá ser realizado sempre que possível dentro do perímetro urbano do município de Corumbáiba de segunda a sexta feira durante o horário de expediente dos órgãos públicos, que funcionam das 08:00 as 11 e das 13:00 as 17:00;
- 3.13.1. Poderá haver entrega em mais de um local dentro do perímetro Urbano do município;
- 3.13.2. Considerando que o município de Corumbáiba possui Distritos, caso seja necessário de forma eventual as entregas poderão se estender a estes locais;
- 3.13.3. A empresa ficará obrigada a realizar o fornecimento dentro das necessidades da Administração Pública, onde somente será solicitado os materiais nas quantidades necessárias, tendo em vista que o município não dispõe de espaço adequado para guarda e armazenamento de grandes quantidades;
- 3.14. Não serão aceitos materiais com embalagem primária violada e/ou deteriorada, sendo rejeitada o objeto num todo, devendo o mesmo ser substituído dentro do prazo máximo de até 07 (sete) dias independentemente da quantidade rejeitada;
- 3.15. Os materiais deverão guardar suas características, não serão aceitos materiais que apresentarem defeito em sua fabricação ou que por motivo de armazenamento inadequado tiveram suas características comprometidas;
- 3.16. Tijolos e Telhas deverão possuir características do produto, com cor forte e vibrante, possuindo uniformidade em sua coloração, presumindo sua boa qualidade;
- 3.17. No momento da entrega não serão aceitas telhas, tijolos e outros materiais que verificar que possuem rachaduras, trincas, e/ou outro fator que possa comprometer sua utilização, ou a segurança de pessoas, sendo que tal recusa deverá ser feita pelo Departamento de Engenharia com as devidas justificativas;
- 3.18. Não serão aceitos materiais utilizados em amostras, feiras, ou expostos a longos períodos aos fatores climáticos e estes venham a causar danos, ferrugem, danificação em sua coloração.
- 3.19. Caso a empresa ultrapasse o limite do prazo de entrega estipulado no subitem 4.5 a mesma será notificada para que apresente suas razões devidamente acompanhada das comprovações;
- 3.19.1. No caso de atraso da entrega após concedido o direito do contraditório e ampla defesa será aberto procedimento administrativo para verificar a situação e a possível rescisão contratual e/ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- cancelamento do registro, com as devidas penalidades cabíveis á contratada;
- 3.20. A empresa terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) que anteceder a data de conclusão do fornecimento, para informar á contratante os motivos que impedem de realizar o fornecimento, devendo para tanto apresentar as devidas justificativas com comprovações;
- 3.21. Os materiais serão recebidos:
- provisoriamente no prazo de 3 dias, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
 - definitivamente no prazo de 5 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 3.22. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 3.22.1. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DA RESERVA ORÇAMENTÁRIA E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA:

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).
- 5.2. As despesas serão acordadas por meio de celebração de Instrumento de Contrato, e suportadas por meio da Classificação orçamentárias adequadas às leis orçamentárias de 2023, classificadas nos autos do processo pelo Departamento de Contabilidade do Município, sob a rubrica:

Órgão/Entidade	Dotação	Ficha	Fonte/Origem

- 5.3. Os recursos financeiros destinados aos pagamentos da Empresa CONTRATADA serão atendidos por verbas oriundas de contrapartida do Município.
- 5.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

- 6.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.
- 6.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 6.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- O prazo de validade;
 - A data da emissão;
 - Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - O período respectivo de execução do contrato;
 - O valor a pagar; e
 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 6.3.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 6.3.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3.9. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.3.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.3.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 6.3.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.
- 6.3.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;
- 6.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência
- 8.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- 8.3. Verificar a manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação estabelecidas na Lei de Licitação – Lei nº 14.133/2021.
- 8.4. Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual.
- 8.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- 8.6. Fornecer à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços

CLÁUSULA NOVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.
- 9.2. Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.
- 9.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.
- 9.4. Responsabilizar –se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunística do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.
- 9.5. Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.
- 9.6. Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE.
- 9.7. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as disposições do Termo de Referência.
- 9.8. A CONTRATADA deve cumprir com as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 9.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:
 - 11.1.1. Advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁIBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

11.1.2. Multa sobre o valor total do contrato pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, que sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.
- b) Inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.
- c) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado.
- d) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

11.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) Não entregar a documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Declarar informações falsas;
- j) Cometer fraude fiscal.

11.1.4. As sanções descritas no caput deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

11.1.5. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.1.6. A inexecução contratual também poderá dar causa à rescisão contratual, nos moldes da Lei nº 14.133/21.

11.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente

11.3. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos itens ou da prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

12.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. O MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

c) Em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação de serviço, este será realizado mediante prévia aprovação da Contratante. Os dados tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

d) Em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) As medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;

f) Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

14.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** publicar, em diário oficial, as informações que a Lei Federal 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – MEDIDAS ACAUTELADORAS:

15.1. Nos termos do Art.71 da Lei Federal 14.133/2021, o Município de Corumbá poderá, motivadamente revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.

15.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO:

16.1. O presente Instrumento de Contrato é originário do Processo Administrativo Licitatório n.º xxxx/2024, e está obrigatoriamente vinculado ao Edital de **Pregão Presencial n.º xxx /2024**.

16.2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e ainda normas e princípios gerais dos contratos.

16.3. Fica eleito o foro da **Comarca de Corumbáiba-GO**, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes da execução e cumprimento dele, renunciando a qualquer outro, por mais especial que se apresente.

E, por estarem assim justos e contratados, digitou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo que uma delas constituirá o arquivo cronológico do **Município** e, depois de lido e achado conforme pelos partícipes, na presença das testemunhas abaixo declaradas, foi tudo aceito, sendo assinado pelo **CONTRATANTE**, pela **CONTRATADA** e pelas testemunhas

Corumbáiba -GO, aos _____ dias do mês de _____ de 2024.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

Testemunhas: